



# Anais da Assembléia

Nº 50

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 09 DE MAIO DE 1990

ANO XVI

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 31.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 1990.  
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Pirajá Ferreira e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrarini Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Pedro Tonelli (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a  
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Mensagens:

MENSAGEM Nº 95/90

Curitiba, 25 de abril de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual,

solicitar ratificação dessa Augusta Assembléia Legislativa ao Convênio, cuja cópia segue em anexo, já celebrado, em 09 de fevereiro de 1990, por motivo de urgência, entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e a Secretaria de Estado da Fazenda e o Banco do Estado do Paraná S.A., objetivando a participação do BANESTADO S.A., como Agente Financeiro do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, nas operações de empréstimo e subempréstimo, na implementação do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU, previsto no Contrato de Empréstimos nº 3.100-BR firmado entre o Estado do Paraná e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD.

Outrossim, encaminho a Vossa Excelência, também para fins de ratificação dessa Augusta Assembléia Legislativa, os Acordos de Cooperação Técnica, que decorrem do Convênio antes mencionado cujas cópias seguem em anexo, já celebrados, por motivo de urgência, pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a interveniência da FAMEPAR, e os órgãos adiante discriminados, visando estabelecer, entre as partes, compromissos na implementação do Programa Estadual de Desenvolvimento - PEDU, nos termos do Decreto nº 5.559, de 21.08.89:

Órgãos	Data de Celebração
Sec.Est.Seg.Públ.- SESP	19.03.90
Sec.Est.Saúde - SESA	19.03.90
Sec.Est.Juстиça - SEJA	08.03.90
Sec.Est.Transp. - SETR	19.03.90
Sec.Est.Agr. e Abast. SEAB	19.03.90
Sec.Est.Fazenda - SEFA	19.03.90
Sec.Est.Plan.Coor.Ger. - SEPL	19.03.90
Sup.Cont.Eros.San.Amb.- SUCEAM	19.03.90
Sup.Rec.Hid.Meio Amb. - SUREHMA	19.03.90
Coord.Reg. Metrop. - COMEC	19.03.90

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 97/90.

Curitiba, 27 de abril de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder em ca-

ráter de utilização gratuita, à Fundação Universidade Estadual de Maringá, 10 (dez) salas de aula, 1 (uma) sala destinada à biblioteca e 1 (uma) residência destinada ao guardião, todas do Bloco I, do Colégio Estadual "Igléa Grolimann", do Município de Cianorte.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, pois as dependências cuja cessão de uso se pretende efetivar, pelo prazo de 2 (dois) anos e com possibilidade de prorrogação por igual período, serão utilizadas pela Fundação Universidade Estadual de Maringá, no funcionamento de Extensão Universitária na cidade de Cianorte, fato que, sem qualquer sombra de dúvida, significa grandes benefícios àquela região.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a, nos termos do art. 10, da Constituição Estadual, ceder em caráter de utilização gratuita, à Fundação Universidade Estadual de Maringá, 10 (dez) salas de aula, 1 (uma) sala destinada à biblioteca e 1 (uma) residência destinada ao guardião, todas do Bloco I, do Colégio Estadual "Igléa Grolimann", do Município de Cianorte.

Art. 2º. As dependências de que trata o art. 1º desta lei serão destinadas ao funcionamento da extensão universitária na cidade de Cianorte, pelo prazo de 2 (dois) anos, prorrogáveis por igual período e os bens cedidos não poderão ser utilizados para outras finalidades, sob pena de cancelamento automático.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
A Diretoria Legislativa.

#### MENSAGEM N° 98/90

Curitiba, 27 de abril de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembléia Legislativa aos Convênios cujas cópias seguem em anexo, já celebrados, por motivo de urgência, em 26 de dezembro de 1989, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento

Curitiba, quarta, em 09.05.90

Ambiental - SUCEAM e os Municípios do Alto Paraná, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Colorado, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Iporã, Maria Helena, Munhoz de Mello e Umuarama, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana, nos respectivos Municípios.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado  
A Diretoria Legislativa.

#### MENSAGEM N° 99/90

Curitiba, 27 de abril de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembléia Legislativa aos Convênios cujas cópias seguem em anexo, já celebrados por motivo de urgência, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, com o Ministério da Aeronáutica e os Municípios de Loanda (n° 25/89, de 15.02.90), Cianorte (n° 08/89, de 20.02.90), Francisco Beltrão (n° 10/89, de 20.02.90), Arapoti (n° 11/89, de 20.02.90), Jacarezinho (n° 15/89, de 20.02.90), e Jaguariaíva (n° 17/89, de 20.02.90), objetivando a administração, operação, manutenção e exploração dos respectivos aeroportos.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado  
A Diretoria Legislativa.

#### MENSAGEM N° 100/90

Curitiba, 27 de abril de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembléia Legislativa aos Convênios cujas cópias seguem em anexo, já celebrados, por motivo de urgência, em 29 de janeiro de 1990, entre os Estados do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM e os Municípios de ALTO PARANÁ, ASSIS CHATEAUBRIAND, CAMPO MOURÃO, COLORADO, CRUZEIRO DO OESTE, IPORÃ, DOURADINA, MARIA HELENA, MUNHOZ DE MELLO e

UMUARAMA, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos Municípios.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado  
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 101/90

Curitiba, 27 de abril de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembleia Legislativa aos Convênios cujas cópias seguem em anexo, já celebrados, por motivo de urgência, em 19 de dezembro de 1989, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM e os Municípios de CÉU AZUL, MATELÂNDIA, MISSAL, NOVA SANTA ROSA, TOLEDO, SANTA HELENA, SANTA TEREZINHA DO ITAIPU, SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS e VERA CRUZ DO OESTE, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos Municípios.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado  
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 102/90

Curitiba, 27 de abril de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembleia Legislativa aos Convênios cujas cópias seguem em anexo, já celebrados, por motivo de urgência, em 20 de dezembro de 1989, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM e os Municípios de AMAPORA, BRAGANEY, CANTAGALO, CRUZEIRO DO SUL, FLÓRIDA, FLORESTÓPOLIS, GUAIRAÇÁ, GUAPOREMA, IMBITUVA, ITAÚNA DO SUL, JANIÓPOLIS, MARILENA, MIRADOR, PORTO RICO, PLANALTINA DO PARANÁ, PRESIDENTE CASTELO BRANCO, SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, SANTA ISABEL DO IVAÍ, TAPEJARA e TUNEIRAS DO OESTE, objetivando a execução de obras

destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos Municípios.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado  
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 103/90

Curitiba, 03 de maio de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembleia Legislativa aos Convênios cujas cópias seguem em anexo, já celebrados, entre os Estados do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios adiante nominados, nas datas e com os objetivos seguintes:

Município	data	objetivo
Medianeira	-02.2.90	- manutenção de veículos, equipamentos e instalações policiais;
Marechal Cândido Rondon	-22.2.90	- manutenção de veículos, equipamentos e instalações policiais;
Toledo	-22.3.90	- reparos no prédio da Delegacia;
Ortigueira	-08.3.90	- reformas no prédio da Delegacia.

Para os mesmos fins, são também encaminhadas cópias autênticas de convênios e respectivos aditivos celebrados, através da SESP, com os seguintes Municípios:

Município	data	objetivo
Cambé	-30.08.89	- manutenção de veículos, equipamentos e instalações policiais;
Cambé (aditivo)	-22.02.90	- idem;
Ponta Grossa	-24.11.90	- manutenção de veículos, equipamentos e instalações policiais;

Ponta Grossa (aditivo) -22.02.89 - idem.

São ainda, para os mesmos fins, encaminhadas cópias autênticas de aditivos celebrados, através da SESP, com os seguintes Municípios:

Município	data	objetivo
Assaí	- 24.02.89	- construção de prédio p/ de legacia;

Assaí (Revi-

goramento) - 08.02.90 - idem;  
 Assaí (Revi-  
 goramento) - 16.05.89 - idem;  
 Assaí - 17.08.89 - idem;  
 Alto Paraná - 13.03.90 - construção de  
 prédio p/de-  
 legacia.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 104/90

Curitiba, 04 de maio de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que, dispondo sobre mais uma etapa da reforma administrativa dos órgãos do Poder Executivo, visa à extinção de expressivo número de cargos, empregos e funções, tanto de sua administração direta como da indireta, procedendo inclusive a extinção ou fusão de órgãos dos mais variados níveis de atuação. Visa, ainda, o plano de lei ora encaminhado, à venda de inúmeros imóveis e, inclusive, de duas aeronaves do patrimônio do Estado.

As metas traçadas por meu governo nos campos econômico e social, sempre com a preocupação de ensinar ao Paraná o máximo desenvolvimento possível e melhores condições de vida a seu povo, têm exigido uma constante verificação no funcionamento da máquina administrativa estadual, buscando sempre uma adequação com vistas a que se obtenha, através de sua maior eficiência, um desempenho a custos compatíveis com a atual situação do erário, produzindo-se o mais que se puder conseguir, sem que os recursos públicos sejam esgotados tão só na própria estrutura administrativa, mas que possam, também, atender necessidades de investimentos no processo de desenvolvimento do Paraná, principalmente em obras públicas indispensáveis e inadiáveis.

A reforma administrativa do Poder Executivo não poderia se esgotar com o seu primeiro passo, através da Lei n° 8.485, de 03 de junho de 1987, nem com diplomas legais posteriores, pois, naquela referida lei consta disposição expressa no sentido da necessidade de permanente e ininterrupto acompanhamento de sua implantação. Esse acompanhamento vem revelando a conveniência desta proposta que retrata o que se caracteriza como a terceira etapa de ajustes na máquina administrativa pública.

Assim, o anteprojeto de lei em referência, prevendo a extinção, fusão, incor-

Curitiba, quarta, em 09.05.90

poração de vários órgãos, extinção de cargos e vendas de imóveis ociosos, a par de outras medidas que serão adotadas, como por exemplo, a venda de veículos, com a conseqüente economia com gastos de combustíveis e em manutenção, haverá, sem dúvida, expressiva redução das despesas públicas.

Por outro lado, vale destacar que as extinções, fusões e desativações que se pretende efetivar não implicarão em desatendimento dos setores atingidos, eis que as respectivas atribuições serão absorvidas ou exercidas por outras unidades, com maior eficiência na prestação de serviços, aproveitamento pleno de recursos humanos e com menor volume de dotações orçamentárias.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI N° 295/90

Art. 1° - Ficam extintos, no âmbito do Poder Executivo, os seguintes cargos de provimento em comissão e funções gratificadas:

I - na Secretaria de Estado da Saúde - 01 (um) cargo de Diretor Geral, símbolo DAS-1; 14 (quatorze) cargos de Assistente, sendo 05 símbolo 4-C, 4 símbolo 6-C, 2 símbolo 7-C e 3 símbolo 10-C; e 128 (cento e vinte e oito) funções gratificadas de Assistente, sendo 20 símbolo 1-F, 24 símbolo 2-F, 20 símbolo 3-F, 25 símbolo 4-F, 30 símbolo 5-F, 8 símbolo 6-F e 1 símbolo 7-F;

II - na Secretaria de Estado da Administração 01 cargo de Chefe de Grupo de Recursos Humanos Setorial, símbolo 1-C; 1 (um) cargo de Assistente Técnico de Grupo de Recursos Humanos Setorial, símbolo 2-C; 1 (um) cargo de Chefe de Grupo Administrativo Setorial, símbolo 1-C; e 1 (um) cargo de Assistente Técnico de Grupo Administrativo Setorial, símbolo 2-C;

III - na Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - 1 (um) cargo de Chefe de Grupo de Planejamento Setorial, símbolo 1-C; e 1 (um) cargo de Assistente Técnico de Grupo de Planejamento Setorial, símbolo 2-C;

IV - na Secretaria de Estado da Fazenda - 1 (um) cargo de Chefe de Grupo Financeiro Setorial símbolo 1-C; e 1 (um) cargo de Assistente Técnico de Grupo Financeiro Setorial, símbolo 2-C;

V - no Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN - 74 (setenta e quatro) cargos de Chefe de Ciretran, sendo 16 símbolo 2-C, 22 símbolo 3-C e 36 símbolo 8-C;

e 244 (duzentos e quarenta e quatro) cargos de Chefe de Posto de Trânsito, sendo 45 símbolo 6-C, 88 símbolo 7-C e 108 símbolo 8-C;

VI - na Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM - 01 (um) cargo de Diretor Superintendente símbolo DAS-1; 01 (um) cargo de Diretor Administrativo-Financeiro símbolo DAS-3; e 01 (um) cargo de Diretor de Engenharia símbolo DAS-3; e

VII - na Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente - 01 (um) cargo de Diretor Superintendente símbolo DAS -

Art. 2º - Fica extinto, na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, o órgão de regime especial Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC.

§ 1º - Os conselhos Consultivo e Deliberativo da Região Metropolitana de Curitiba ficam diretamente vinculados ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente.

§ 2º - Fica instituída na estrutura organizacional básica da SEDU, no nível de execução programática, a Coordenadoria de Desenvolvimento de Regiões Metropolitanas - CRM, com atribuições para o trato de assuntos pertinente ao desenvolvimento de áreas ou regiões metropolitanas.

§ 3º - Ficam extintos os cargos de Coordenador Geral, Coordenador Administrativo-Financeiro e Coordenador Adjunto do órgão também extinto pelo "caput" deste artigo.

Art. 3º - Com lotação na autarquia de que trata o art. 8º, ficam criados os cargos em comissão de Diretor Superintendente, símbolo DAS-1, Diretor Administrativo-Financeiro, símbolo DAS-3 e Diretor Técnico, símbolo DAS-3.

Art. 4º - Ficam extintos no DETRAN 218 (duzentos e dezoito) postos de trânsito, permanecendo aqueles em número de 26, sediados nos Municípios de Alto Piquiri, Andaraí, Cambé, Campina da Lagoa, Chopinzinho, Corbélia, Engenheiro Beltrão, Formosa do Oeste, Mandaguari, Nova Aurora, Palmeira, Pérola, Prudentópolis, Quedas do Iguaçu, Realeza, Santa Helena, São João do Ivaí, São José dos Pinhais, São Mateus do Sul, São Miguel do Iguaçu, Terra Boa, Terra Roxa, Clevelândia, Mamborê e Quatro Barras.

§ 1º Ficam criadas, na Coordenadoria de Centros Regionais de Trânsito, do DETRAN, a Divisão de Expedição de Documentos, a de Orientação e Análise de Documentos de Informações e Controle, sendo também criados 3 (três) cargos de provimento em comissão de Chefe de Divisão símbolo 1-C, um para cada uma delas.

Art. 5º - Ficam extintos na Fundação

de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná os 14 (quatorze) escritórios Regionais daquela entidade no interior do Estado.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante licitação, prévia avaliação e preenchimento das demais formalidades legais, alienar duas aeronaves com as seguintes características:

1º) - modelo - EMB - 810 - D; - Fabricante - Embraer S/A; Certificado nº 11428; - Aeródromo de Registro - SBBI Curitiba/PR; - Nº série - 810.562; - Marca de nacionalidade e matrícula - PP - EUS.

2º) - modelo - EMB - 810 - D; - Fabricante - Embraer S/A; Certificado nº 11429; - Aeródromo de Registro - SBBI Curitiba/PR; - Nº série - 810.560; - Marca de nacionalidade e matrícula - PP - EIK.

Parágrafo Único - Ficam extintos, na Casa Militar da Governadoria, 01 (um) emprego de Piloto II, 02 (dois) empregos de Piloto III e 01 (um) emprego de Co-Piloto.

Art. 7º - Ficam extintos, na Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, o Departamento de Apoio Administrativo e as Divisões de Patrimônio, Transportes, Compras e Almoxarifado, Engenharia e Obras, Tesouraria e Controle e Distribuição da Produção, assim como as respectivas funções gratificadas.

Parágrafo Único - Ficam, ainda, adotadas na FASPAR, as seguintes medidas:

I - A Divisão de Serviços Gerais fica transformada em Divisão Administrativa, subordinada ao Departamento Administrativo-Financeiro, absorvendo as atribuições das Divisões extintas.

II - fusão das funções de triagem, unificação do CEDIT (Centro de Diagnóstico e Indicação de Tratamento) e SETREM (Serviço de Triagem e Recepção de Menores), constituindo nova unidade com a denominação de Serviço de Recepção, Triagem e Indicação de Tratamento de Crianças e Adolescentes.

III - Extinção da Unidade de Mallet.

Art. 8º - Fica criada, na forma do art. 7º, inciso I, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, a autarquia Instituto Paranaense do Meio Ambiente - IPAMA, vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com atribuições para atuar no campo de atividades pertinentes à defesa e conservação dos recursos naturais, da ecologia e da fiscalização e proteção de tais recursos, assim como outras atividades correlatas.

§ 1º - Em consequência do disposto no "caput" deste artigo ficam extintas a Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM e a Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA, vinculadas à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do

Meio Ambiente.

§ 2º - O Poder Executivo tomará, na condição de acionista majoritário da sociedade de economia mista SANEPAR, providências no sentido de que, com a extinção da autarquia SUREHMA, as atividades de perfuração de poços sejam absorvidas por aquela sociedade de economia mista.

§ 3º - O patrimônio e a receita do IPAMA são os das extintas SUCEAM e SUREHMA, ressalvados os casos de alienação autorizados por esta lei.

Art. 9º - Ficam extintos, na estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, a Diretoria Geral, a Coordenadoria de Saneamento e Vigilância e os grupos setoriais de Recursos Humanos, de Planejamento, Financeiro e Administrativo.

Parágrafo Único - O cargo de provimento em comissão de Chefe da Coordenadoria de Saneamento e Vigilância Sanitária, Símbolo DAS-5, passa a denominar-se Assessor Técnico de Saneamento e Vigilância Sanitária, sob o mesmo símbolo e com consequências no Gabinete da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante licitação, prévia avaliação, e preenchimento das demais formalidades legais, alienar os seguintes bens imóveis:

I - Imóvel situado na sede do Município de Foz do Iguaçu, com área de terras de 1.200,00 m<sup>2</sup>, com as benfeitorias nele existentes havido pelo Estado do Paraná, objeto de parte da transcrição 2.780 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu;

II - Imóvel situado na sede do Município de Cruzeiro do Oeste com área de 11.900,00 m<sup>2</sup> com as benfeitorias nele existentes, havido pelo Estado do Paraná, objeto de parte da transcrição 13.129 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cruzeiro do Oeste;

III - Imóvel situado na sede do Município de Arapongas com área de 675,00 m<sup>2</sup> com as benfeitorias nele existentes, havido pelo Estado do Paraná, objeto da transcrição 2.536 do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Apucarana;

IV - Imóvel situado no Bairro do Portão, nesta Capital, com área aproximada de 5.000,00 m<sup>2</sup>, sem benfeitorias, havido pelo Estado do Paraná, objeto de parte das transcrições 2.011 e 2.012 do Cartório de Registro de Imóveis da 5ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba;

V - Imóvel constituído pelos Lotes 8 a 12 da Quadra 507 situado na sede do Município de Cascavel com área de 3.615,00 m<sup>2</sup> com as benfeitorias nele existentes, havido pelo extinto D.A.E.E., objeto da

Curitiba, quarta, em 09.05.90

transcrição 11.894 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel;

VI - Imóvel situado na sede do Município de Ribeirão do Pinhal com área de 968,00 m<sup>2</sup> com as benfeitorias nele existentes, havido pelo Estado do Paraná, objeto da transcrição 6.186 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ribeirão do Pinhal;

VII - Imóvel constituído pelo Lote Suburbano nº 178 situado no Município de Centenario do Sul com área de 2.000,00 m<sup>2</sup>, havido pelo Estado do Paraná, objeto da transcrição 6.879 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jaguapitã;

VIII - Imóvel constituído pelo Lote nº 7 da Quadra 30 situado na sede do Município de Jaguapitã com as benfeitorias nele existentes, havido pelo Estado do Paraná, objeto da transcrição 17.679 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jaguapitã;

IX - Imóvel situado no Distrito de Virmod, Município de Laranjeiras do Sul, com área de 2.405,00 m<sup>2</sup> com as benfeitorias nele existentes, havido pelo extinto órgão D.A.E.E., objeto da transcrição 9.051, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Laranjeiras do Sul;

X - Imóvel situado na Vila Dorizon, Município de Mallet, com área de 270,00 m<sup>2</sup> com as benfeitorias nele existentes, havido pelo Estado do Paraná, objeto da transcrição nº 4.255 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mallet;

XI - Imóvel situado no Município de Mangueirinha, com área de 52.500,00 m<sup>2</sup>, havido pelo Estado do Paraná, objeto da transcrição nº 1.192 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palmas;

XII - Imóvel constituído pelos Lotes nºs 16 e 17 situados na sede do Município de Nova Fátima, com área de 1.600,00 m<sup>2</sup>, havido pelo Estado do Paraná, objeto da transcrição nº 1.613 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ribeirão do Pinhal;

XIII - Imóvel constituído por parte dos Lotes Rurais nºs 21 e 22 situados no Município de Bituruna, com área de 363.000,00 m<sup>2</sup>, havido pela SUREHMA, objeto da transcrição nº 22.624 do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de União da Vitória;

XIV - Imóvel situado na Zona Rural do Município de Bocaiúva do Sul, com área de 121.000,00 m<sup>2</sup>, havido pelo Estado do Paraná, objeto da transcrição nº 1.022 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bocaiúva do Sul;

XV - Imóvel em Campo Comprido, situado no Município de Curitiba, com área de terras de aproximadamente 150.000,00 m<sup>2</sup>, sem benfeitorias, parte de área maior havida pelo Estado do Paraná conforme o que

consta na transcrição nº 51.177 do Cartório de Registro de Imóveis da 6.<sup>a</sup> Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba;

XVI - Imóvel urbano situado no Município de Curitiba com área de terras de aproximadamente 6.000,00 m<sup>2</sup> com as benfeitorias nele existentes, havido pelas transcrições 14.687 e 2.057 ambas do Cartório de Registro de Imóveis da 2.<sup>a</sup> Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba, e 5.550 e 13.880 ambas do Cartório de Registro de Imóveis da 1.<sup>a</sup> Circunscrição Imobiliária da mesma Comarca;

XVII - Chácara do Canguiri situada no Município de Piraquara, com área de aproximadamente 25.900,00 m<sup>2</sup> com as benfeitorias nele existentes, parte de área maior havida pelo Estado do Paraná conforme o que consta da averbação 8.081 da transcrição 12.475 do Cartório de Registro de Imóveis da 6.<sup>a</sup> Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba;

XVIII - Imóvel situado no Município de Piraí do Sul junto à Escola de menores daquele Município, com área de terras de aproximadamente 100.000,00 m<sup>2</sup> sem benfeitorias, parte de área maior havida pelo Estado do Paraná conforme o que consta na transcrição 1.118 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Piraí do Sul;

XIX - Imóvel situado no Município de Tibagi junto à Escola de menores daquele Município, com área de terras de aproximadamente 150.000,00 m<sup>2</sup> sem benfeitorias, parte de área maior havida pelo Estado do Paraná conforme o que consta na transcrição nº 16.133 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tibagi; e

XX - Imóvel em Curitiba, situado no Bairro do Bacacheri, com área de aproximadamente 198.776,00 m<sup>2</sup>, de que trata a Lei nº 8.851 de 25/07/88, publicada no D.O.E. nº 2.821 de 26/07/88.

Art. 11 - Na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Administração ficam extintas a Coordenaria de Administração e Serviços e a Coordenadoria de Racionalização Administrativa e criada a Coordenadoria de Modernização de Serviços Públicos.

Parágrafo Único - Os cargos de provimento em comissão de Chefe da Coordenadoria de Administração e Serviços, símbolo DAS-5 e de Chefe da Coordenadoria de Racionalização Administrativa, Símbolo DAS-5, da SEAD, passam, respectivamente, a denominar-se Assessor Jurídico, símbolo DAS-5 e Chefe da Coordenadoria de Modernização de Serviços Públicos, símbolo DAS-5.

Art. 12 - Ficam extintas, na estrutura da SEPL, a Coordenadoria de Estudos e Projetos, a Coordenadoria de Estudos Territoriais, a Coordenadoria de Planejamento Institucional e a Coordenadoria dos Es-

critórios Regionais do Governo.

§ 1º - O Conselho de Informática do Paraná e o Centro de Treinamento para o Desenvolvimento, ficam transferidos para o âmbito da SEAD.

§ 2º - Ficam criados, a nível de órgãos de execução programática, na estrutura da SEPL, a Coordenadoria de Planejamento Governamental e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES.

§ 3º - Ficam extintos, na lotação da SEPL, os seguintes cargos de provimento em comissão:

1 cargo de Chefe da Coordenadoria dos Escritórios Regionais do Paraná DAS-5; 14 cargos de Chefe de Escritório Regional do Governo 1-C; 1 cargo de Chefe da Coordenadoria de Estudos e Projetos DAS-5; 1 cargo de Chefe da Coordenadoria de Estudos Territoriais DAS-5; 1 cargo de Chefe da Coordenadoria de Planejamento Institucional DAS-5; 2 cargos de Técnico de Planejamento 1-C; 5 cargos de Assistente de Planejamento 2-C; 3 cargos de Assistente de Gabinete 10-C; e 1 cargos de Assistente 10-C.

§ 4º - Ficam criados, com lotação na SEPL, os seguintes cargos de provimento em comissão:

1 cargo de Chefe da Coordenadoria de Planejamento Governamental DAS-5; 1 cargo de Diretor do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social DAS-2; 1 cargo de Gerente de Pesquisa DAS-5; e 1 cargo de Gerente do Centro Estadual de Estatística DAS-5.

Art. 13 - Fica extinta a Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, "Fundação Edison Vieira", revertendo seu patrimônio ao Estado, conforme dispõe a Lei nº 6.407, de 07 de junho de 1973.

Art. 14 - O Poder Executivo procederá estudos no sentido da extinção ou reformulação do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, tendo em vista que algumas de suas atribuições, por decorrência desta lei, passarão ao âmbito de outros órgãos da Administração.

Art. 15 - Para a fiel execução desta lei, o Poder Executivo baixará os atos que se fizerem necessários.

Art. 16 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 105/90

Curitiba, 07 de maio de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual,



solicitar ratificação dessa augusta Assembléia Legislativa aos Convênios cujas cópias seguem em anexo, já celebrados, por motivo de urgência, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com os Municípios de Ponta Grossa e Alto Paraná em 04.04.90 e com o Município de Guaratuba em 06.03.90, objetivando reparos de veículos, de instalações e de equipamentos da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Certo de que a presente solicitação merecerá desta augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

#### Ofícios:

Sob o n° 2291/90, do Senhor Ivan Gradowski, Diretor Geral do Tribunal Regional Eleitoral, encaminhando cópias de parecer do Procurador Regional Eleitoral e do referido despacho proferido pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Ivan Jorge Curi, d. Relator do Processo sob n° 10.079, no qual solicita designação de data para realização de plebiscito para criação do Município de Perobal a ser desmembrado de Umuarama.

Ao conhecimento da Casa.

Sob o n° 2292/90, do Senhor Ivan Gradowski, Diretor Geral do Tribunal Regional Eleitoral, comunicando que foi suspenso o curso do Requerimento autuado sob n° 10.078, Classe 5ª, de Plebiscito com vistas à criação do Município de Mercedes, durante o transcurso do período eleitoral, conforme cópias do Parecer da douta Procuradoria Regional Eleitoral e despacho do Excelentíssimo Senhor Desembargador Leandro de Freitas Oliveira, Relator dos autos acima citados.

Ao conhecimento da Casa.

Sob o n° 493/90, do Senhor João Cândido Ferreira da Cunha Pereira - Presidente do Tribunal de Contas, atendendo a dispositivo da nova Constituição Estadual, constante do § 4º, do artigo 75, apresenta a esta Assembléia, o Relatório de atividades do Tribunal de Contas, desenvolvidas no 1º trimestre do exercício de 1990.

Ao conhecimento da Casa.

Sob os n°s DTL/SAT/71, 72, 73, 74 e 75/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei, números:

069/90: De autoria do Deputado Lindolfo Júnior, que declara de utilidade pública estadual a Associação de Apoio ao Fissurado Lábio-Palatal de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.234.

Anote-se - Arquive-se.

219/89: De autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Evangélica Canaã, com sede e foro no Município de Colombo, neste Estado, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.235.

Anote-se - Arquive-se.

405/99: De autoria do Deputado Quielise Crisóstomo, que cria o Município de Tunas, desmembrado do Município de Bocaiúva do Sul, com as divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.236.

Anote-se - Arquive-se.

391/89: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de utilidade pública à Fundação IBEMA, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.237.

Anote-se - Arquive-se.

089/90: De autoria do Deputado Namir Piacentini, que denomina "Rodovia José de Oliveira Fabrício dos Santos", a estrada que liga o Município de Juranda ao Município de Goioerê, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.238.

Anote-se - Arquive-se.

#### Indicações:

##### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Em nome da Bancada do Partido Democrático Trabalhista, PDT, indico o Deputado Estadual Algaci Túlio para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito constituída para investigar eventuais irregularidades na área fazendária e sistema financeiro estadual.

Limitado ao exposto, renovo-lhe minhas expressões de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(a) VALDERI VILELA

Líder do P.D.T.

##### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Esta Liderança, vem por meio deste, indicar o Deputado Paulo Furiatti, para compor a CPI que investigará possíveis irregularidades na exploração dos chamados Bingões.

Em tempo: suplente fica indicado o Deputado Algaci Túlio.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA

Líder do PDT

##### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade de solicitar a Vossa Excelência a indicação dos Deputados Caíto Quintana e Nilton Barbosa, para compor a C.P.I. que investigará os Festivais de Prêmios do Paraná.



Sala das Sessões, em 09.05.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB

HAROLDO FERREIRA

HERMAS BRANDÃO

## INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Esta Liderança, vem, por meio deste, indicar o nome do Deputado Acir Mezzadri para compor a C.P.I., que investigará possíveis irregularidades na exploração dos chamados Bingões, como suplente fica indicado o Deputado Hermas Brandão.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Líder do PSDB

## Requerimento:

## REQUERIMENTO N° 1205

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 304/89.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

## REQUERIMENTO N° 1213

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário preferência de discussão e votação para a Proposição n° 53/90 (VETO).

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

## REQUERIMENTO N° 1194

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, respeitosamente, a inclusão na Ordem do Dia e o Parecer da Comissão Geral de Plenário do Projeto de Lei n° 284/90, o qual propõe a criação do Município de Flor da Serra, desmembrado do Município de Salgado Filho e parte dos Municípios de Barracão e Marmeleiro.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(a) JOAO ARRUDA

## REQUERIMENTO N° 1209

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja incluído na Ordem do Dia, em Regime de Urgência, o Projeto de Resolução n° 98/84.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(aa) RUBENS BUENO

NEREU MASSIGNAN

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

NELSON VASCONCELLOS

RAUL LOPES

## REQUERIMENTO N° 1204

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja incluído na Ordem do Dia, em Regime de Urgência, o Projeto de Resolução n° 52/86.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(a) RUBENS BUENO

Apoiamento: Antônio Annibelli, Nereu Carlos Massignan, Nelson Vasconcellos e Algaci Túlio.

## REQUERIMENTO N° 1196

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a reinclusão, na Ordem do Dia de 10 de maio do corrente, em 3ª discussão, do Projeto de Lei n° 159/90, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de DIAMANTE DO SUL, desmembrado do Município de Guaraniaçu.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(a) NEIVO BERALDIN

## REQUERIMENTO N° 1191

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia de presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO

## REQUERIMENTO N° 1210

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, DISPENSA DA PUBLICAÇÃO DA REDAÇÃO FINAL do Projeto de Lei n° 304/89.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(a) JOSÉ ALVES

## REQUERIMENTO N° 1195

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a Retirada da Ordem do Dia por sete sessões do Projeto de Lei n° 85/90.

Sala das Sessões, em 09.05.90..

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 1197

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário e especificamente com base no disposto no artigo 35 do Regimento Interno, a Constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral no dia 10 de maio às 14:30 hrs., para apreciar a Proposição n° 47/90 oriunda da Mensagem Governamental n° 74/90.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 1206

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a instalação da Assembléia Legislativa do Paraná em Comissão Geral, para apreciação do Projeto de Resolução n° 037/90, de sua autoria, que autoriza a realização de Plebiscito na localidade de Vila Nova (Toledo), para que a população daquele Distrito decida sobre a criação do novo Município, na sessão do dia 24/04, às 14:30 h.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(a) SABINO CAMPOS

REQUERIMENTO N° 1202

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a instalação das Comissões da bacia do Iguaçu e Tibagi, Vale do Ribeira e do Litoral, com a finalidade de propor medidas destinadas a promover a preservação, a recuperação e o desenvolvimento integrado de suas áreas Geoeconômicas, em atendimento do Dispositivo do Ato das Disposições Transitórias, Artigo 41 e parágrafo único, da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Já se passaram mais de 180 dias da promulgação da nossa Constituição Estadual, e o prazo previsto para constituir às comissões ora requeridas, consta de 120 dias. O Poder Legislativo tem a responsabilidade de ver suas homologações serem cumpridas.

Art. 41 - No prazo de cento e vinte dias da promulgação desta Constituição, serão instaladas as comissões das bacias do Iguaçu e do Tibagi, integradas por representantes dos Poderes Legislativos e Executivo do Estado e dos Municípios nelas localizadas e das Federações da Agricultura, da Indústria, do Comércio e dos Trabalhadores do Paraná, com a finalidade de propor medidas destinadas a promover a preservação, a recuperação e o desenvolvi-

mento integrado de suas áreas geoeconômicas.

Parágrafo Único - No mesmo prazo e com a mesma composição e finalidades referidas neste artigo serão instaladas as comissões do Vale do Ribeira e do Litoral Norte do Estado.

REQUERIMENTO N° 1216

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente sunbscreve, vem à presença de sua Excelência solicitar licença para tratar de interesses particulares por 121 (cento e vinte e um) dias a contar desta data.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

REQUERIMENTO N° 1198

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o Plenário, que seja consignado na Ata da presente Sessão Votos de Pesar pelo falecimento do Sr. GUIDO DOMINGOS BALBINOTTI, progenitor do Sr. Prefeito Municipal de BARBOSA FERRAZ ODÍLIO BALBINOTTI.

O Sr. GUIDO DOMINGUOS BALBINOTTI, que deixa viúva a Sra. ARMELINDA DOMENICA BALBINOTTI e 4 (quatro) filhos foi um dos fundadores do Município de BARBOSA FERRAZ, contribuindo significativamente para o progresso e o desenvolvimento daquele rincão.

Tendo nascido em 08 de setembro de 1913, em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, chegou naquele Município Paranaense em 20 de abril de 1952, onde passou a desenvolver atividades agrícolas, sem jamais deixar de participar ativamente da Sociedade e da Política de BARBOSA FERRAZ, exercendo entre 1954 e 1955 as funções de Delegado de Polícia.

Em face da sua dedicação à sua terra e à sua gente, torna-se oportuna a homenagem desta casa ao Cidadão GUIDO DOMINGUOS BALBINOTTI, que deixa uma lacuna insubstituível em BARBOSA FERRAZ.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO N° 1212

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação de voto de profundo pesar pelo falecimento, aos 74 anos de idade do dedicado chefe de família, exemplar cidadão e consagrado membro da Igreja Batista, Samuel Alves de Oliveira, ocorrido ontem em Curitiba.

O acontecimento consternou os seus descendentes em número de 75 e muitos de

seus amigos e irmãos pois grande era o amor que cultivava.

REQUER, ainda, aprovado este requerimento dê-se ciência a família enlutada e a Igreja Batista do Boqueirão.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 1211

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam enviados VOTOS DE CONGRATULAÇÕES ao Dr. Ilton Foltran, Superintendente da Refinaria Getúlio Vargas e ao Dr. André Zacharow, Presidente da Sociedade Evangélica Beneficente, pelo acordo firmado ontem, que permitirá o acesso a todos os equipamentos existentes na Refinaria Getúlio Vargas às vítimas de queimaduras de qualquer espécie.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Sem demagogia, convênios desse tipo trazem muito maior benefício prático à comunidade do que intermináveis falas em programas de Rádio e Televisão que nada levam.

Outros acordos semelhantes podem e devem ser firmados futuramente, pois é inadmissível que equipamentos caríssimos, pagos de forma direta ou indireta pela sociedade, permaneçam sem uso ou com uso restrito, quando poderiam ser melhor aproveitados.

Que essa iniciativa sirva de exemplo e incentivo para que outras áreas de atividades sejam beneficiadas.

REQUERIMENTO N° 1190

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais desta Egrégia Casa, um voto de congratulações para o Dr. Carlos Alberto Primack, novo delegado da Delegacia do Conselho Regional de Contabilidade, em Guarapuava, que tomou posse em 27 de abril passado.

Requeiro ainda, que a decisão desta Casa de Leis, seja comunicado ao mencionado senhor, na sede da Delegacia, à Rua Visconde de Guarapuava, 535, em Guarapuava.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(a) LEONIDAS CHAVES

REQUERIMENTO N° 1201

Senhor Presidente.

Namir Piacentini, Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido

o Douto Plenário, REQUER que sejam formulados e inseridos na Ata dos Trabalhos deste Poder, votos de congratulações e aplausos pela eleição e posse da nova diretoria da Associação Comunitária da Vila Urupês, do Município de Campo Mourão.

Que este cumprimento represente o abraço do Poder Legislativo e o desejo de uma gestão profícua e empreendedora, sempre voltada aos reais interesses e aspirações da comunidade.

Requer-se ainda, que do teor desta homenagem seja dado ciência ao Senhor José Divino da Rocha, Presidente recém-eleito, na Associação dos Moradores da Vila Urupês, Campo Mourão - PR, CEP 87.300.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 1200

Senhor Presidente.

Namir Piacentini, Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja enviado expediente oficial deste Poder, endereçados respectivamente à Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, FASPAR, FUNDEPAR e LBA, encaminhando cópias da reivindicação que segue em anexo, endereçada pelo Senhor Fernando Porfírio dos Santos, Coordenador do Cemic Moisés Barbosa da Silva, no Distrito de Paraná D'Oeste, Município de Moreira Sales.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

OFÍCIO N° 10/90

Paraná D'Oeste, 03 de maio de 1990.

Para: O Deputado Estadual.

Prezado Senhor.

O Cemic Moisés Barbosa da Silva, com sede no Distrito de Paraná D'Oeste, o Município de Moreira Sales na Avenida Brasileira n° 855 portadora do CGCMF - 78198918/0001-84, Entidade de Caráter Beneficente, vem mui respeitosamente pedir-lhes a Vossa Senhoria uma contribuição e apoio, pois trabalhamos com a quantidade de 100 crianças na faixa etária 00 a 14 anos ambos muito carentes, sendo que 50 crianças na faixa etária 0 a 06 anos são conveniadas com a LBA e 50 crianças na faixa etária 07 a 14 anos tem o convênio FUNABEM. As verbas que recebemos são incompatíveis com as despesas que temos, nos falta alimentos, vestuários, remédios, material para atividade, esporte e lazer.

Assim sendo, gostaríamos que o nosso pedido fosse estudado com carinho em função do acima exposto, e que se formos atendidos quem será beneficiado serão as crianças de nossa entidade.

Certos que seremos atendidos, antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente  
FERNANDO PORFIRIO DOS SANTOS  
Coordenador do Cemic Moisés  
Barbosa da Silva

Ilmo Sr.  
Nimir Piacentini  
Deputado Estadual  
Escritório Regional  
Av. Cap. Indio Bandeira, 1115  
Edifício Antares - 4º andar  
Campo Mourão - Paraná

REQUERIMENTO N° 1199

Senhor Presidente.

Nimir Piacentini, Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja enviado expediente oficial deste Poder, endereçados respectivamente à Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, FASPAR, FUNDEPAR e LBA, encaminhando cópias da reivindicação que segue em anexo, endereçada pelo Senhor José Appi dos Santos, Presidente da Associação de Moradores do Jardim Aeroporto / Paulista, do Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

Campo Mourão, 27 de abril de 1990.

Exmo. Sr.  
Dr. Nimir A. Piacentini  
DD. Deputado Estadual  
Campo Mourão - Paraná

Prezado Senhor:

A Associação de Moradores do Jardim Aeroporto / Paulista, através da presente, vem solicitar de Vossa Excelência, o constante na relação apresentada anexo, referente a Creche e Centro Comunitário do Jardim Aeroporto / Paulista, conforme contato verbal feito anteriormente.

Esperando contar com o valioso apoio de Vossa Excelência para o acima exposto, aproveitamos a oportunidade para apresentar nossos votos de elevada consideração e distinguido apreço.

Atenciosamente,

JOSÉ APPI DOS SANTOS

Presidente da Associação de Moradores do Jardim Aeroporto / Paulista

Utensílios necessários para a Creche e Centro Comunitário do Jardim Aeroporto e Paulista - Campo Mourão.

- 01 Geladeira
- 01 Fogão a gaz industrial
- 01 Armário de cozinha
- 01 Pia de cozinha
- 03 Mesas 3m x 80 cm
- 06 Bancos de madeira c/ 3m
- 10 Berços
- 40 Colchõezinhos de espuma
- 02 Armários para roupas

- 02 Mesas grandes para refeitório
- 25 Cadeiras
- 01 Quadro negro
- 01 Mesa grande para trabalho
- 20 Bancos para Centro Comunitário
- 01 Escrivaninha
- 01 Armário
- 04 Cadeiras
- 01 Arquivo

Campo Mourão, 27 de abril de 1990.

REQUERIMENTO N° 1186

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Ofício ao Ilustríssimo Senhor Fernando Xavier Ferreira, Mui Digno Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um "Orelhão" na "Colônia" da Prefeitura Municipal de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1187

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Ofício ao Ilustríssimo Senhor FERNANDO XAVIER FERREIRA, Mui Digno Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um "Orelhão" na Vila Nova Porã, Município de Ivaiporã - PR.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 290/90

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Art. 11 da Lei Complementar n° 27, de 08 de janeiro de 1986.

Art. 2º - O § 2º do Art. 12 da Lei supramencionada passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 12 - ...

§ 1º - Considera-se favorável o plebiscito, se aprovado por maioria absoluta dos votantes, em manifestação a que se tenham apresentado 2/3 (dois terços) dos inscritos."

Art. 3º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

JUSTIFICATIVA:

Fica evidente, por abstração de toda a doutrina constitucional, que soberania e o ilimitado exercício do poder, estendendo-o

como a capacidade de agir, de produzir efeitos, de alterar condutas em que o homem é sujeito e objeto.

Soberano é quem não tem acima de si outro poder e segundo o princípio inscrito no parágrafo único do Art. 1º da Constituição do Brasil, somente o povo brasileiro é soberano, em um regime democrático, expressando tal poder em sua suprema manifestação de vontade, a própria Constituição.

Intrínseco à soberania popular de um Estado Democrático de Direito, é o princípio da cidadania, calcado no inciso II do citado artigo. Quer em seu sentido amplo, a significar o conjunto de direitos e deveres que regem e definem a situação dos habitantes de um determinado território, quer em seu sentido estrito, que refere-se ao poder jurídico do indivíduo de participar do governo, a cidadania tornou-se um dos fundamentos da República, o que implica necessariamente em que nenhum organismo ou agente público possa decidir ou atuar de maneira a negar tais direitos.

Basicamente, o exercício da Cidadania, enquanto condição afeta a parcela de uma dada população, objetiva o bem-estar comum, ou seja, a reunião das condições suficientes a que os membros de uma comunidade alcancem um nível de vida dignos de seres humanos e a consecução de tal objetivo deve ser a tarefa do Estado; este deve contribuir e não obstaculizar o bem-estar.

Mais adiante, ao tratar da organização político-administrativa, a Constituição Federal, no Art. 18, incorpora os princípios enunciados no seu Art. 1º. E no § 4º, do referido artigo ao tratar do fato "criação, incorporação, fusão e desmembramento" aplicando-o à esfera municipal, segue a normatização utilizada no § 3º, acrescentando, então, determinados termos, como que escolhidos pelo legislador constituinte para defesa do ideal municipalista sem perder de vista o bem-estar da população da "célula-mater", tais como: continuidade e unidade histórico-cultural do ambiente urbano, procedimento através de lei estadual, obediência a requisitos previstos em lei complementar estadual e, finalmente, consulta prévia plebiscitária às populações diretamente interessadas.

Interessa-nos mais de perto a análise dos dois últimos termos, a ser feita após a resposta sobre a natureza da eficácia e da aplicabilidade da própria norma contida no § 4º. Determinadas regras interpretativas, entre outras, indicam tal resposta: 1) as normas constitucionais são imperativas e de ordem pública; 2) as normas jurídicas infraconstitucionais têm caráter instrumental para a realização dos fins da Constituição. A primeira regra indica que,

na dúvida, não se deve limitar o texto constitucional, na conformidade do ensinamento de Pontes de Miranda (1974, tomo I, p. 302): "Na interpretação das regras jurídicas gerais da Constituição deve-se procurar de antemão, saber qual o interesse que o texto tem por fim proteger. É o fato mais riço, mais sólido: é o conceito central, em que se há de apoiar a investigação exegética. Com isso, não se proscreeve a exploração lógica. Só se tem de adotar critério de interpretação restritiva quando haja, na própria regra jurídica ou noutra, outro interesse que passe à frente. Por isso, é erro dizer-se que as regras jurídicas constitucionais se interpretam sempre com restrições", e finda com a assertiva de que "a restrição é portanto, excepcional". A segunda indica a preponderância do conteúdo finalista; não se interpreta a norma pelo método gramatical, mas atendendo aos fins e interesses que a Constituição coloca como objetivos, selecionados para o efeito de especial proteção jurídica.

Do exame sistemático e axiológico do texto, verifica-se a relevância dada à aplicabilidade imediata e eficácia das normas, denotada pela obsessão do legislador em evitar disposições que exigissem complementação infraconstitucional e abuso de expressões proclamadoras de direitos e garantias.

Dai a dedução do caráter de aplicabilidade imediata e de eficácia limitada definidora de princípio institutivo, atribuível ao § 4º. É inquestionável que a inexistência da lei complementar estadual, editada em obediência ao mandamento constitucional, não tolhe a aplicabilidade da norma. O assentimento a tal circunstância seria o reconhecimento de que existiria uma desconformidade entre a norma e a dinâmica político-social e, para suprir eventual lacuna, existe o princípio da recepção, a ser aplicado a toda a ordem jurídica, que passa a encontrar abrigo e fundamentação na nova Constituição, no que não lhe for contrária.

Mesmo havendo a possibilidade auto-regulamentação por parte dos Municípios, que legislam amplamente sobre assuntos de interesse local, é evidente que tal competência não estende-se a interesses que digam respeito a mais de um Município, a mais de uma localidade. Por isso a determinação da edição de lei complementar estadual que estabeleça normas gerais sobre as mudanças político-administrativas. No Estado do Paraná, mesmo obedecendo a princípios legislativos federais, tais matérias eram reguladas pela Lei Complementar nº 27, derogada parcialmente pela promulgação das Leis Orgânicas Municipais no que diz respeito aos assuntos de competência

individual e local, mas mantida no que refere a assuntos plurivalentes.

Mais particularmente, o Capítulo III da Lei Complementar n° 27, define os requisitos formais e materiais a serem seguidos na transferência de território municipal, ao qual se aplicam as modificações ora propostas. Ocorre que o Art. II elide frontalmente o princípio da soberania popular e do pleno exercício da cidadania na medida em que, determinando a manifestação das Câmaras Municipais dos Municípios que sofrerem diminuição de seus territórios, restringe o exercício soberano da cidadania, que é determinado pela expressão: "consulta prévia, mediante plebiscito" do § 4° da Constituição Federal. Ressalta o termo "prévia" empregado e que, interpretado literalmente, significa antecipação ao ato de transferência.

Ora, consulta plebiscitária prévia, mediante a qual se forma a opinião dos municípios, pode eventualmente ser contraditada pela manifestação da Câmara Municipal, com o que se estaria negando eficácia aos já referidos princípios constitucionais, fato inconcebível.

Ademais, é forçoso convir que a Legislação anterior à Constituição de 1988 estava carregada de conotações totalitárias, nas quais se pretendia impedir a pretensa dissolução das instituições estatais com o poder absoluto e arbitrário, no qual o povo, atribuidor e destinatário do poder, estava afastado da esfera de decisão sobre seu próprio destino e sobre seus interesses maiores. Esta tendência foi abolida na atual conjuntura e, se longe estamos de atingir o ideal, nada impede que se tome o caminho certo, o que é pretensão do presente Projeto de Lei, para o qual conclamamos a aprovação dos Nobres Pares.

É A JUSTIFICATIVA.

PROJETO DE LEI N° 291/90  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado, "ad referendum" de Plebiscito, o Município de Cachoeira, desmembrado do Município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

O desenvolvimento rápido que o Distrito de Cachoeira vem apresentando, faz com que a sua elevação à categoria de Município venha de encontro, não só dos anseios de sua laboriosa população, mas também do Estado do Paraná, que vê com a tomada dessa decisão, a premiação pelo progresso apresentado, incentivando com o seu exemplo outros Distritos, que se empenham na apresentação de resultados positivos, para

chegarem onde chegou o Distrito de Cachoeira.

Tendo em vista o acima exposto, nada mais justo do que apresentarmos projeto neste sentido.

PROJETO DE LEI N° 293/90  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - A letra "d", do art. 9°, da Lei N° 7567 de 08.01.1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

d)- Autorizar a realização de despesas até 30 (trinta) vezes o Salário Mínimo:

Art. 2° - O parágrafo 2°, do artigo 13, da Lei N° 7567, de 08.01.1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo 2° - Os recolhimentos efetuados fora do prazo estão sujeitos à multa moratória de 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento), 30% (trinta por cento), se feitas após 30 (trinta), 60 (sessenta), 90 (noventa) dias respectivamente, das datas estipuladas nesta Lei, além dos juros de 0,5 (meio por cento) ao mês e correção monetária calculada com base no índice de reajustamento adotado pelo Governo.

Art. 3° - O artigo 29 da Lei N° 7567 de 08.01.1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 29 - O valor da complementação das aposentadorias e pensões, não poderá exceder, respectivamente 3 (três) e 2 (duas) vezes o Salário-Mínimo, observado o critério previsto no artigo 28.

Art. 4° - Fica criado o artigo 39 da Lei n° 7567, de 08.01.1982, no Capítulo IX das Disposições Finais e Transitórias.

Art. 5° - Os artigos 36, 37, 38 e 39 do Capítulo IX, das Disposições Finais e Transitórias, da Lei n° 7567, de 08.01.1982, passam a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 36 - O Presidente e Conselheiros do Comprevi, perceberão respectivamente, ajuda de custos do valor equivalente a 0,450 (quatrocentos e cinquenta milésimos) e 0,300 (trezentos milésimos) do Salário Mínimo, por reunião que comparecerem, até o máximo de 5 (cinco) reuniões por mês.

Artigo 37 - Os casos omissos referentes à aplicação da Lei n° 6.149/70, com suas posteriores modificações, serão resolvidos pela Corregedoria da Justiça.

Artigo 38 - A presente Lei será regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

Artigo 39 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6° - As alterações da presente Lei, deverão ser também objeto de alteração do Decreto 4809 em seu artigo 3° - le-

tra h e artigo 5º em seu parágrafo único.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoio: Nereu Carlos Massignan,  
Nelson Vasconcellos,  
Lindolfo Júnior,  
Ferrari Júnior e  
uma ilegível.

#### JUSTIFICATIVA:

Todas as modificações visam desatrelar o funcionamento da Carteira, no que concerne a benefícios e despesas, dos índices sempre temporários instituídos pelo Governo: O.R.T.N. - O.T.N. - B.T.N., cuja interferência no V.R.C., tem causado prejuízos, tanto na arrecadação como nos benefícios concedidos aos aposentados e pensionistas.

1 - A modificação na letra "d" do art. 9, visa diminuir a defasagem sofrida pelo V.R.C., de novembro de 1987 até março de 1990 em 43 (quarenta e três) vezes.

2 - A modificação do § 2º do art. 13, visa atualizar a antiga O.R.T.N..

3 - A modificação do Art. 29 visa atrelar os benefícios ao Salário Mínimo, por se tratar de Complementação Salarial.

4 - A modificação do Art. 36, visa diminuir a defasagem sofrida pelo V.R.C. afim de ajudar parcialmente nos custos para comparecimento dos Conselheiros às reuniões, principalmente daqueles residentes no interior do Estado.

#### PROJETO DE LEI Nº 294/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Semear Transporte com a finalidade de financiar a aquisição de ônibus rodoviários e ônibus urbanos para as Prefeituras Municipais.

Art. 2º - Participam do referido Programa o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Justiça, do Trabalho e da Ação Social, o Banco do Estado do Paraná S.A. e a Prefeitura Municipal que nele se inscrever.

§ 1º Ao Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Justiça, do Trabalho e da Ação Social, cabe assessorar e apoiar a Prefeitura Municipal quando da sua inscrição ao Programa, bem como, o repasse de 50% (cinquenta por cento) do valor do veículo a fundo perdido.

§ 2º - Ao Banco do Estado do Paraná S.A. cabe, como agente financeiro e dentro da legislação pertinente ao Banco Central do Brasil, conceder empréstimo à Prefeitura Municipal para a aquisição do veículo, na forma de antecipação de receita, a ju-

ros de 50% (cinquenta por cento) a 90% (noventa por cento) das taxas praticadas pelo mercado financeiro, livremente pactuadas entre as partes.

Art. 3º - O Programa será implantado no Município através de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Justiça, do Trabalho e da Ação Social, o Banco do Estado do Paraná S.A. e a Prefeitura Municipal.

Art. 4º - Os recursos necessários para cobrir as despesas do Governo do Estado com a implantação do Programa e o repasse de 50% (cinquenta por cento) do valor de cada veículo a fundo perdido, conforme estabelece o § 2º do Artigo anterior, virão da dotação orçamentária referente ao Projeto 1012 (Projeto Galha-Azul), elemento de despesa 4323 - Transferência a Municípios.

Art. 5º - A presente lei será regulamentada pelo Poder Executivo 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigos na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(a) RUBENS BUENO

Apoio: Nereu Carlos Massignan,  
José Rogério Carvalho,  
Duílio Genari e  
Basílio Zanusso.

#### JUSTIFICATIVA:

Em geral, os municípios paranaenses necessitam adquirir ônibus, tanto rodoviários quanto urbanos, para serem utilizados como mercado popular, ambulatório médico, consultório odontológico, banco de sangue, biblioteca, transporte de escolares, transporte de bóias-frias, etc.

Uma utilização significativa é a voltada para o transporte de escolares, principalmente os da área rural. A maioria dos municípios possuem escolas localizadas na sede urbana. Se não houver transporte adequado, as crianças da área rural não têm como ir para a escola.

Exatamente por ser uma sentida necessidade das comunidades é que a reivindicação de transporte escolar apareceu em quase todos os encontros do Projeto Galha-Azul realizados nos últimos três anos.

O projeto de lei que estamos submetendo à apreciação desta Casa de Leis visa criar mecanismo que possibilite facilitar aos municípios do nosso Estado a aquisição destes veículos.

Os municípios vivem difícil situação financeira, com baixo índice de arrecadação, não possuindo condições para assumir os custos necessários para a aquisição de bens. Por outro lado, não têm como buscar financiamento junto à rede bancária face as elevadas taxas de juros vigentes, que



torna proibitiva tal iniciativa.

Por outro lado, o Banco do Estado do Paraná, como instituição financeira estatal, deve cumprir prioritariamente um papel social. Os financiamentos na forma de antecipação de receita orçamentária, são uma forma concreta de apoiar os municípios em suas necessidades, principalmente para objetivos definidos por ação do Poder Executivo.

O Programa Semear Transporte, que estamos propondo, é uma ação desta natureza e que vai ao encontro de uma sentida reivindicação das comunidades paranaenses, de modo especial, as das áreas rurais.

A implantação quase que imediata do referido Programa, graças a existência de previsão orçamentária e de recursos - referentes ao Projeto Galha-Azul - torna-o factível. Nossa proposta não implica em aumento de despesa, pois os recursos existem já no atual Orçamento do Estado.

Assim, visando fortalecer os municípios, atendendo suas necessidades, solicitamos aos nobres Pares o indispensável apoio para o presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Um dos pontos primordiais de nossa atuação Parlamentar diria que de certo modo se converteu em sério compromisso, tendo sido o de desenvolver ao Poder Legislativo e a esta Casa, em particular, a confiabilidade, o crédito da população paranaense com a nossa instituição.

Na verdade o Poder Legislativo teve, nas últimas duas décadas, sua imagem extremamente prejudicada em decorrência da vinculação ao Poder Executivo, bem como, pela perda gradual, mas inexorável das prerrogativas que concerniam a cada um dos Parlamentares. Apesar disto, o Legislativo contribuiu decisivamente para a reconquista do espaço democrático que se vive atualmente nesta Nova República.

Lado a lado com a população, emanados numa luta sem quartel contra os inimigos da liberdade e da verdade; porém, atualmente, muito embora o reconhecimento público por estas conquistas, o Poder Executivo, de um modo geral, continua ainda emperrado por práticas características do período ditatorial. É justamente no intuito de que o Poder Legislativo, especificamente do Paraná, tenha a aguardar de novo a confiabilidade e o crédito popular, nada melhor do que divulgar através do instrumento legal desta Casa, o Diário da Assembléia, todos os atos da Comissão Executiva no que diz respeito às presenças ou não

dos Parlamentares. Somente assim teremos efetivamente a transparência de nossas atividades, além do que, daremos uma demonstração inequívoca à população de que nada lhe temos a ocultar; pelo contrário, os valores dos subsídios variáveis serão descontados a cada Deputado em conformidade com suas ausências em plenário. Afinal, estamos exercendo o mandato, uma representação em nome dos paranaenses que nos elegeram, a eles devemos a prestação de contas de nossas atividades.

Se o Poder Legislativo, é neste momento, Poder legitimado pela população, para imprimir as grandes transformações, nada melhor do que começar pela nossa própria Casa, livrando-a dos empecilhos burocráticos, moralizando suas atividades e divulgando-as ao conhecimento dos eleitores.

Esta justificativa, Senhor Presidente, é de um Projeto de Resolução, datado de 30 de junho de 1986, que desde a nossa volta a esta Casa, no dia 22 de março deste ano, ainda não encontramos este Projeto de Resolução junto às Comissões Técnicas. Aí a demonstração clara do desprezo para com o Projeto de Resolução, que há quatro anos tramita nesta Casa. Simplesmente desapareceu sem qualquer informação à apresentação deste Projeto. Por isso, solicito, Senhor Presidente, à Mesa da Casa, que considero importante o Projeto de Resolução número 52/86, de 30 de junho de 1986, que até este momento, há mais de trinta dias não foi encontrado. Este Projeto trata exatamente de mostrar a população do Paraná a presença dos Senhores Parlamentares em plenário, bem como, os descontos dos seus subsídios através do Diário da Assembléia, todo mês publicado e levado ao conhecimento da população paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê): "A saúde é direito de todos e dever do Estado. Assim está expresso, claramente na Constituição do Estado do Paraná, elaborada neste Plenário, à luz da Constituição Federal, e jurada por todos os Senhores Parlamentares e o Senhor Governador do Estado.

Lamentavelmente a pessoa responsável pelo gerenciamento das políticas de saúde, no Estado do Paraná, o Senhor Secretário Dr. Manoel de Almeida Neto, parece não conhecer a Seção II da Constituição Paranaense, que trata da questão da saúde.

Pelo menos, é o que parece, quando a Secretaria da Saúde passa a visitar municípios de pequeno porte, no nosso Estado, com a finalidade de fechar hospitais ou passá-los para a responsabilidade da muni-

cipalidade, o que acaba dando no mesmo, já que é pública e notória a realidade de carência financeira dos municípios brasileiros, principalmente neste momento, quando a arrecadação de impostos cai mês a mês.

Nesta semana, o Senhor Secretário da Saúde em visita ao Município de Matinhos, deixou a comunidade médica local até entusiasmada, eis que, finalmente, um Secretário ia aos Municípios conhecer a realidade local.

Ledo engano dos médicos de Matinhos. O Dr. Manoel Almeida Neto, ao pisar no solo do litoral, trazia consigo uma proposta bastante amarga - na verdade intragável - para os Municípios: municipalização dos serviços através do SUDS.

O SUDS todos já conhecem - O sistema conhecido brilhantemente na Constituinte Federal e que, na prática, teve sua implantação prejudicada por interesses secundários daqueles encarregados de efetivá-lo nos Estados. No Paraná, para quem quiser conhecer esses problemas, estão à disposição as Atas da CPI do SUDS, requeridas pelo Deputado Haroldo Ferreira e que nós integramos, cujas dúvidas jamais foram esclarecidas, apesar do disse-disse que morreu na promoção através da mídia.

Ao visitar o Município de Matinhos, nesta semana, o Secretário comunicou ao Prefeito que o Hospital Nossa Senhora dos Navegantes deveria ou ser fechado ou passar para a responsabilidade do Município. Essa segunda hipótese, contudo, era acompanhada da palavra do Secretário de que o Município assumiria o Hospital mantendo o pessoal administrativo, mas que o corpo clínico, bem como toda a estrutura para o seu funcionamento continuaria sob a responsabilidade da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha.

Tudo belo e azul. Tudo muito bom, se fosse verdade. Porém não era.

Ao ser convidado para assinar o termo, o Senhor Prefeito de Matinhos foi surpreendido por um documento que passava o Hospital Nossa Senhora dos Navegantes em comodato à Prefeitura. Isso, em outras palavras, implica na assunção total, pela municipalidade, dos custos decorrentes da manutenção do Hospital.

E, segundo o Dr. Helvécio Chaves da Rocha, Diretor Clínico do Hospital, já na segunda-feira, a Secretaria mandou fechar o Hospital. Não fosse a manifestação da comunidade médica, da Câmara e do Prefeito, hoje, centenas de pessoas, em Matinhos, estariam aguardando leito nas enfermarias de outros hospitais, convalescendo-se em casa, longe ao acompanhamento clínico, ou simplesmente, aguardando a morte por omissão do Estado.

A Constituição cai por terra diante de uma decisão unilateral, precipitada, in-

fundada e completamente desprovida de racionalidade da Secretaria da Saúde.

Apesar de não ter relacionamento pessoal com o Secretário da Saúde, sobre ele ouvi coisas boas, de gente da sua área, acredito, sinceramente, que essa idéia, no mínimo estranha, não tenha saído de sua própria cabeça, mas dos relatórios de alguns assessores da Secretaria que estariam, sem dúvida, melhor, do lado de dentro de algumas instituições médicas.

É, no mínimo, loucura, fechar um estabelecimento de saúde que tem uma média diária de 150 atendimentos somente na comunidade.

E aqui, Senhores Deputados, quero fazer um questionamento quanto à política adotada pelo Governo Estadual para a saúde do Paraná. Enquanto, na época de temporada o Governo monta a espalhafatosa operação praias, com a finalidade de propiciar aos turistas e veranistas a melhor estrutura possível, inclusive, no campo de saúde, quando a média do Hospital é quadruplicada, caídas as águas de março, tudo é retirado, cruel e inexplicavelmente, como se a população local, os cerca de 20.000 habitantes, não tivessem direito à saúde como têm os turistas.

O mais ridículo, entretanto, esta história toda, é o argumento da Secretaria para o fechamento ou cessão em comodato do Hospital Nossa Senhora dos Navegantes: o estabelecimento é deficitário.

Ora, claro que o estabelecimento é deficitário na questão financeira, mas o Senhor Secretário que me aponte um Hospital de um Município paranaense que não esteja nessa situação ou próxima dela.

E acredito, sinceramente, que o hospital não tem que dar lucros financeiros mesmo. O lucro que o Estado tem em manter tais estabelecimentos, bem como uma política séria de saúde, são os cidadãos sadios e sua sadia qualidade de vida.

Lamentavelmente, se olharmos as coisas nessa ótica, o Estado todo é deficitário. Os milhares de paranaenses doentes endêmica ou epidemicamente constituem a curva gráfica do prejuízo do Estado com relação às condições sociais de vida do seu povo.

Todos nós sabemos que, no Brasil, tudo acontece meio devagar, parece que aqui o tempo não tem o mesmo efeito que em outros lugares, mas, no caso do Hospital Nossa Senhora dos Navegantes, o ponteirinho da Secretaria de Saúde andou ligeiro: na terça-feira o Hospital necessitou de recursos para o pagamento de uma fatura, algo processual, feito há vários anos. A resposta da Secretaria veio rápido: "Aqui não tem nada para vocês. A conta está bloqueada".

Em Antonina o Senhor Secretário também resolveu intervir. O Hospital Dr. Sílvia Bittencourt Linhares está condenado ou ao

fechamento ou à encampação pelo Município. Embora o Prefeito de Antonina acredite na boa intenção do Secretário, quem verdadeiramente conhece o Hospital, o Dr. Jefferson, Diretor Administrativo do estabelecimento opõe-se à proposta que, ao seu ver, criará uma verdadeira confusão em Antonina. Primeiro, a população deixaria de contar com os serviços do Hospital e segundo, os cerca de oitenta funcionários seriam sumariamente demitidos, indo engrossar as longas filas de desempregados pós-plano Collor.

Outro aspecto de maior relevância, que deve ser observado, é que o Hospital Dr. Sílvio Bittencourt Linhares, em Antonina, mantém todo o pavilhão de tisiologia (tuberculose) do litoral do Estado. A municipalidade, em que pese a boa vontade do Prefeito, se propuser a assumir isto, fatalmente estará contribuindo para a queda no serviço prestado, uma vez que não tem como responder aos custos decorrentes da manutenção.

Enquanto isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Senhor Governador passeia com verbas por outras regiões do Estado mais abundantes em votos ou senão, gasta recursos com futilidades como a denunciada pelo jornal "Correio de Notícias": "Um manual de etiqueta social, elaborado pela Casablanca Produções, está sendo distribuído a servidores públicos da Secretaria de Saúde, inclusive às serventes."

Enquanto a Secretaria gasta dinheiro para mostrar como andar, sentar e cruzar as pernas, nega dinheiro para os doentes de Matinhos e Antonina.

Cadê a seriedade???

Outra denúncia grave, na mesma área desta vez veiculada pelo jornalista Dino Almeida, na "Gazeta do Povo": "Há 30 dias foram suspensas pela Secretaria de Saúde "Cirurgias ortopédicas eletivas que impliquem no uso de próteses e órteses", como também suspensas foram as autorizações de internamento Hospitalar para esses pacientes. De que adianta as servidoras da Secretaria de Saúde aprenderem a bem sentar e cruzar as pernas, enquanto centenas de deficientes não têm direito sequer à operação para uso de uma prótese?"

Cadê a coerência???

Parece que não só a educação, mas também a saúde do Paraná está sendo tratada a bofetões.

Em que pese o carinho que tenho por Maringá e o reconhecimento ao nível da comunidade da U.E.M. e ao respeito à população maringaense, eu questiono o fato de o Senhor Governador estar repassando mensalmente o equivalente a Cr\$ 1.2 milhão para melhorias no Hospital de Maringá."

E eu sei que isto é uma conquista de

Maringá, mas, quero dizer que o Hospital Nossa Senhora dos Navegantes e o Hospital Sílvio Bittencourt Linhares apesar da humildade são conquistas das comunidades e que merecem também o mesmo respeito.

Tenho certeza que os próprios representantes de Maringá nesta Casa, vários Deputados aqui presentes, concordam que a conquista de Maringá não pode legitimar o abandono, o estrangulamento do sistema de saúde da região mais carente do Paraná que é o nosso litoral, apesar da propaganda do Governo.

Então, nós apelamos, Senhores Deputados, Senhor Presidente, principalmente ao seu Líder do Governo nesta Casa para que interceda junto ao Governador Álvaro Dias para que as comunidades de Matinhos e Antonina não sejam penalizadas com medidas ainda prematuras. Ou fazemos isto ou fechamos o Parlamento e rasgamos a nossa Constituição, porque se nós não formos fortes para garantir o acesso da nossa população à saúde, - a Assembléia do Estado, - a Constituição de nada vale e nós não somos dignos do mandato Parlamentar.

Faço um apelo aqui, Senhor Presidente, com relação a esta situação de abandono que se encontra a saúde do povo do nosso litoral ao mesmo tempo que denuncio que praticamente todos os módulos policiais da cidade foram praticamente desativados pela Polícia Militar, numa política nova no sistema policial que até agora também não me convenceu.

Estranhamente quando o Governador morava no bairro do Ahú de Cima, meu vizinho por sinal, ali funcionou sempre um módulo policial. O Governador saiu da mansão, veio para o Jardim Champagnat aqui em Curitiba, no Bigorrião. Sabem o que está acontecendo? Enquanto a população carente, a população da periferia grita por maior segurança, está se construindo um módulo policial na Praça Ucrânia, bem defronte ao prédio onde mora o Sr. Governador do Estado do Paraná. Parece brincadeira de mau gosto, um desrespeito, porque por esta Casa já passaram vários abaixo-assinados de comunidades pedindo módulo policial e a resposta é sempre a mesma: não estamos mais adotando a prática de construir módulos policiais. Mas, em frente ao prédio do Governador está lá para quem quiser ver está lá: Módulo Policial - Secretaria da Segurança Pública, está se construindo um módulo, talvez para garantir a segurança somente do Sr. Governador ou talvez daqueles elitistas que moram lá na Praça Ucrânia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Sr. Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós queremos, neste momento, discordar com as palavras do Deputado Algaci Túlio quando levanta a questão da construção do módulo policial em frente ao prédio onde reside o Governador Álvaro Dias, atualmente.

Talvez por desconhecimento do ilustre Deputado, por não conhecer os direitos e as prerrogativas que existe dos governantes, tanto a nível federal como a nível estadual. Nós vemos hoje na própria Presidência da República os compromissos que existem com relação à segurança do Presidente da República. Se hoje se constrói um módulo policial para dar segurança ao Governador do Estado estão apenas cumprindo as prerrogativas por lei.

Mas, ilustre Deputado Algaci Túlio, talvez Vossa Excelência por não ter conhecimento e falo isto e afirmo de que existia também denúncias dos pais dos alunos que estudam no colégio Positivo Júnior, do índice de pessoas que ali permaneciam naquela região para introduzir drogas aos alunos do Colégio Positivo Júnior. E existe, desde o ano passado, um pedido de todos os pais dos alunos que estudam no Colégio Positivo Júnior, uma providência da Secretaria da Segurança...

O SR. ALGACI TÚLIO - Concede-me um aparte?

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Gostaria mas estou no Pequeno Expediente e estamos impossibilitados pelo Regimento Interno.

O SR. ALGACI TÚLIO - Se Vossa Excelência usar o Horário da Liderança do PMDB gostaria de um aparte.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sei e afirmo que há esta grande preocupação. E posso ir muito além, quando o Governador Álvaro Dias antes de ir à sua residência oficial do Governo do Estado e que hoje se critica tanto porque o Governador Álvaro Dias morou numa Casa do Governador do Estado, tivemos também um Governador durante quatro anos que morou numa residência oficial no Parque Castelo Branco e aqui ninguém questionou esta situação, somente hoje é que levantam esta questão: da construção do módulo policial. Além de seguir as prerrogativas de segurança, que é de direito, não só do Governador Álvaro Dias, de todos os governantes que aqui passaram e de todos os futuros. Mas ela está também a proteger os alunos do Colégio Positivo Júnior.

E quando o Governador residia anteriormente num prédio, sabíamos que foi chamado a atenção pelo síndico do prédio, que os seguranças não podiam permanecer dentro no saguão do prédio, porque estavam

tomando o lugar no sofá. E o Governador pediu então que os seguranças não permanecessem mais no saguão do prédio onde residia.

Hoje se constrói um módulo policial para manter a segurança do Colégio Positivo Júnior e manter a segurança do Governador do Estado, Vossa Excelência vem à tribuna, Deputado Algaci Túlio, para criticar o Governo do Estado.

Um outro fato que é lamentável e que as galerias têm presenciado, são os problemas que surgem, quando há uma convenção interna do PMDB, ou de todos os partidos sem exceção, pelas disputas em busca de vagas dentro do partido.

Aqui dezenove Deputados assinaram para criar uma CPI para apurar irregularidades. Quando uma convenção é soberana do partido, ela não pode ser misturada com a Assembleia Legislativa do Estado. São pontos apenas do nosso partido. Hoje estamos vendo pela imprensa, já dentro do PDT que Vossa Excelência pertence, a briga interna que está gerando. Não podemos permitir que a Assembleia se misture com problemas éticos, partidários e que são apenas assuntos de interesse do partido.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rafael Greca.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência tem a palavra pela ordem.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Sr. Presidente, apenas gostaria de dizer aos Deputados Dirceu Manfrinato e Algaci Túlio, porque fiz parte de uma comissão de pais e alunos de moradores do Bairro do Bigorrião e ainda no ano retrasado fomos pedir um módulo policial para a praça da Ucrânia. Em virtude, como disse o Deputado Dirceu Manfrinato, de vários assaltos estarem acontecendo naquela praça, e problemas com traficantes de drogas. Então estes pais de alunos me procuraram e eu fui até o Secretário de Segurança Pública. Isto está registrado nos jornais, na época, quando fizemos esta solicitação. De maneira que não é agora que o Governador Álvaro Dias está morando lá que está sendo implantado este módulo. Esta reivindicação é antiga e felizmente, para os moradores que ali vivem, está sendo conquistada, porque está sendo construído, em definitivo, o módulo policial.

Gostaria ainda, Sr. Presidente, de enaltecer a presença dos Vereadores de São José da Boa Vista, Mauro Gorsini, Silvio Rolim, Arsevaldo Antonio Souza e João Rolim.

Era isto Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Necessito responder também porque fui citado. Primeiro, o Deputado Manfrinato dizendo que os alunos do Colégio Positivo são alunos privilegiados. Os pais vão buscar com condução própria ou o colégio vai entregar em casa, o que ocorre com os alunos das escolas do município e do Estado do Paraná.

(Aplausos)

Além do mais, como repórter policial posso até contestar as informações do Deputado José Afonso Júnior de que tenham ocorrido assaltos, até tráfico de drogas, naquela região. No meu programa, e em programas de amigos também do mesmo setor, dificilmente aparece denúncias com relação a assaltos na região do Champagnat, que é muito bem guardada pela polícia, e tudo indica que moram muitos Parlamentares naquele bairro chique da cidade.

E eu perguntaria: ora, se a própria Secretaria de Segurança, Sr. Presidente, diz e responde em requerimentos por nós encaminhados que não é mais política sua construir módulo policial. Por que o privilégio dos moradores do Jardim Champagnat. Além do mais o Sr. Governador, ao que parece, comprou um apartamento na Getúlio Vargas. Se ele se mudar do Champagnat e for para a Getúlio Vargas será que lá também vão construir um futuro módulo policial?

E os abaixo-assinados da periferia?

O povo da periferia não merece o respeito e a segurança do Sr. Governador do Estado?

Parece-me que as tentativas de justificativa feitas aqui não me convencem e não convencem à população. E nós questionamos na imprensa e por documento. Vamos construir módulos policiais em toda a Curitiba, porque todos pagam impostos!

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece-me seria interessante se sugerir ao Governador o sistema persa de governo. Faça ele uma residência itinerante em uma tenda e mude-se a cada semana para um dos bairros da cidade. Assim se equipa a Capital. Porque ouvia os Deputados José Afonso e Algaci Túlio falarem da situação calamitosa dos módulos de polícia quando me lembrava de um outro módulo da Rua Nossa Senhora de Nazaré, que está na mais completa e absoluta ruína no bairro curitibano da Boa Vista. E me lembrava ainda do estado falimentar de sucateamento do aparelho de Segurança do Estado.

Eu vim de andar por Palmas onde o xadrez da Delegacia que comporta 16 presos

tinha perto de 42 lá alojados. Vários deles já "cumprindo pena" (aspas do Orador), estando em Palmas, na Prisão Provisória do Ahú.

Recebo agora panfleto "S.O.S. EDUCAÇÃO" dizendo que a greve do Magistério aproxima-se dos cinquenta dias, dizendo que a fome ronda as famílias dos professores estaduais. E reforço a viva impressão na minha mente de que o Governador de fato é um rei oriental, daqueles que têm pesadelos no meio das "Mil e Uma Noites", e mandam a corte palaciana desmontar os equipamentos que, nos muros do Palácio, incomodam os seus bons sonhos.

Hoje esta Assembléia discutirá o projeto do Deputado Ferrari Júnior que propõe a venda do que ele chama, incorretamente, de mansões oficiais - esta sim mansão oficial do Bairro do Ahú, que foi comprada do Jornalista Roberto Barroso Filho - e das casas existentes na Granja do Canguiri e na Ilha das Cobras.

Estou propondo à Assembléia a supressão do item que fala da Granja do Canguiri. Porque a Granja do Canguiri trata-se de área de experimento agrícola, consagrada pelo seu uso desde os primórdios do Paraná. Era Presidente da Província do Estado o Dr. Afonso Alves de Camargo, avô do atual e quase provecto Senador Afonsinho, quando o Historiador Romário Martins e outros pioneiros da Escola de Agronomia da primeira Universidade do Paraná, entre eles o Professor Adolar Hingreville Hintz, desenvolviam na propriedade do Canguiri os experimentos que dariam início à cultura do trigo no Paraná. Também o Interventor Manoel Ribas foi zeloso guardião daquela propriedade no Município de Piraquara no confim com o Município de Quatro Barras. De maneira que não me pareça nós devamos botar fora todo o patrimônio do Estado porque a Rede Globo de Televisão nos dá o jornal das 8 da noite se a gente propor venda de próprios públicos.

Outra coisa que precisa ser emendada no mesmo Projeto é a autorização para a venda da Ilha das Cobras porque nós não podemos autorizar a vender o que é patrimônio da União e também por ser a edificação da Ilha das Cobras parte que pode ser destacada, talvez demolida do terreno da ilha, mas não pode a Assembléia do Paraná mandar vender o patrimônio da União, e não deve - me parecer - botar fora o patrimônio do Paraná porque a gente fatura o horário das 8 da noite da Rede Globo de televisão naquela "janela" chamada da "era Collor", do fim das mordomias, e talvez a gente até ganhe uma carona entre um passeio de patinete, uma imersão de submarino, ou um vôo rasante de caça nos céus do Brasil, Brasil tão infeliz! O nosso Presidente sempre ocupado, ocupado nesse culto

da sua imagem de novo deus e esquecido da sua obrigação de munificência com relação ao futuro dos que passam, fome, como por exemplo os 600 desempregados da Incepa de Campo Largo que vêem perder os seus empregos por efeito do plano econômico que se avizinha.

Há emenda também de minha autoria sobre a mesa que propõe se tire da Governadoria a quantia de 25 milhões de cruzeiros. Não é muito. Nós votamos autorização de uma nova despesa de 1 bilhão e 600 milhões de cruzeiros para a Governadoria para atender a Casa dos Pobres São João Batista em Curitiba e ao Albergue da Fundação Espírita do Paraná, uma e outra entidade ameaçadas de iminente colapso face à falta de liquidez que existe no Estado.

Se Assembléia e o Governo se incomodam onde moram os poderosos, eu quero propor à sadia reflexão deste Plenário: nos incomodemos onde dormem os que têm câncer e, vindo à cidade, não têm onde ficar enquanto aguardam tratamento doentes terminais, aposentados de Funrural que são nos vários hospitais desta Capital deste infeliz Estado, sem um sistema de saúde que contemple todo o interior. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Caíto Quintana, no Grande Expediente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, nós gostaríamos de justificar a ausência do Deputado Caíto, uma vez que ele se encontra reunido com os professores e os representantes do Governo para tratar de assunto de interesse dos professores. Por isso, não ocupará o Grande Expediente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. A imprensa nacional, e não poderia de ser de outra forma também a do Estado do Paraná, dispensa largos espaços quando se refere ao Poder Legislativo, especialmente às Assembléias Legislativas, seu funcionamento, subsídios e particularmente a Assembléia do Paraná.

Esse assunto, que está sendo tratado, praticamente diariamente, não me traria aqui, porque eu tenho posição definida acerca deles, acho que conhecido da Casa. Mas surpreendido com a notícia veiculada na "Folha de Londrina" e também no "Jornal do Estado" dois maiores jornais do Paraná, daí a minha preocupação e a minha presença aqui.

A notícia na Folha de Londrina, depois de se referir à justiça do Espírito Santo, no que diz respeito à Constituição de lá

à Assembléia Legislativa, e também à Assembléia da Bahia, que faz menção, também, e especialmente aquele Deputado da Bahia, Santo Sé, e ali também, diz que "no Paraná o Deputado Basílio Zanusso, se apressa em dispensar dez filhos empregados da Assembléia Legislativa, dois filhos seus, meus filhos".

Eu tenho um casal de filhos, e o Jornal do Estado, também dizendo que Deputados preocupados por sua reeleição, algumas medidas são tomadas. E o Deputado Basílio Zanusso, que fala na eliminação dos pontos falhos do Poder Legislativo, já está dispensando dois filhos seus da Assembléia Legislativa.

Por se tratar de dois veículos da maior importância e respeitabilidade do Estado, "Folha de Londrina" e o "Jornal do Estado", é que eu não posso passar em brancas nuvens, assim.

Eu tinha como funcionário em cargo de Comissão do meu gabinete, realmente a minha filha, e foi dispensada a cerca de um ano. E sou Deputado há vinte anos, tenho como Deputados têm, família, tem pai, mãe, avô, bisavô, netos. Eu não tenho em vinte anos, Srs. Deputados, e Srs. Jornalistas, especialmente dos dois jornais que faço referência, nenhum parente em vinte anos de Deputado Estadual, doze anos, Deputado da Arena, PDS, da Situação, eu não nomeei, não indiquei, um só parente, não poderia fazê-lo nos Governos do Sr. José Richa e Álvaro Dias, já que aos partidos de Sua Excelência eu nunca pertenci. Fui também Srs. Deputados, e faço isso para registro da Casa, Secretário da Assembléia Legislativa do Paraná, como os senhores sabem, responsável pela administração interna da Casa.

Nós, em dois anos, não compramos nenhum automóvel sequer, recebemos cerca de dezoito, ou dezenove viaturas, e recolhemos sete ou oito daquelas, reduzimos. A Assembléia não tinha em 1980 quinze carros, não compramos nenhum automóvel. Quando deixei a primeira Secretaria, esta Casa não tinha 500 funcionários, e depois de mim, no período de 81/82, assumiu o Governador do Estado, no Executivo e no Legislativo o PMDB, portanto o meu Partido deixou de ser Governo. Eu não quero fazer polêmica, não quero transferir para partido, mas eu quero dizer que o partido ao qual que eu pertenci, que governou o Paraná até 82, esta Casa entregou a Assembléia com menos de 500 funcionários e com menos de 15, ou 20 automóveis. E as verbas de meu gabinete e de Domício Scaramella, de saudosa e respeitosa memória, um dos homens mais íntegros do Paraná, então 2º Secretário, representando o PMDB, as nossas verbas de representação foram congeladas. O Deputado Domício de 3 carros passou a 1, o



Deputado Fabiano, Presidente, de 4 para 2, e eu de 5 para 2. Foi preocupação nossa, não só redução de automóveis mas reduzimos, pela primeira e única vez alguns cargos de consultoria jurídica e legislativa da Casa, que têm os maiores vencimentos. Cheguei a propor a redução do número de Comissões Técnicas da Casa, que eu discordei até hoje das 20 que temos, mas o projeto foi rejeitado.

Tive o cuidado, ao pagar os subsídios dos Srs. Deputados nos limites dos 2/3 que a Constituição limitava. Em 2 anos nunca ouvi, nem vi, nem li nenhuma crítica à ação da administração. Procurei dar exemplo! Quando esta Casa, deve ter sido em 80, criou 14 coordenadorias, com o meu voto contrário, com cargos de DAS, eu não provi, como Secretário, não concordei com as nomeações e provimento daquelas coordenadorias, porque abria-se aí, sem dúvida foi o que aconteceu, dezenas de cargos foram criados. Eu não quero culpar ninguém, porque faço parte do Poder Legislativo e estou nele desde então. Mas não posso calar-me quando vejo o meu nome nos jornais, e que no meu entendimento foi má informação orientada, maldosa, malévola, irresponsável, e por achar que não aceito e não mereço é que venho a tribuna! Não é com meu nome que vão, ao referir-se ao Poder Legislativo, dizendo as suas mazelas, eu não aceito!

Podia a imprensa preocupar-se também com a Constituição Federal. Nós estamos aqui para apreciar ainda hoje, veto do Sr. Governador apostado ao projeto de lei que trata dos vencimentos dos Srs. Procuradores e Auditores do Tribunal de Contas, porque há dispositivo, na nossa Constituição, que os Srs. Procuradores e Auditores devem perceber 95% do que recebem os Conselheiros do Tribunal de Contas.

Parece-me, há informação oficiosa de que estas duas categorias do Tribunal de Contas recebem cerca de 20% dos vencimentos dos Srs. Conselheiros, porque os vencimentos dos Srs. Conselheiros estão atrelados à magistratura, mais que isso, aos Srs. Desembargadores.

Há também uma notícia que circulou há pouco num dos jornais do Estado, que a Associação Brasileira dos Magistrados, por intermédio do Presidente da Associação, Dr. Francisco da Paula Xavier, ingressou com representação direta de inconstitucionalidade do artigo da Constituição que equipara, pelo princípio da isonomia, os Procuradores do Estado aos membros do Ministério Público para efeito de vencimentos, o dispositivo da Constituição Estadual; depois: dando o troco à Associação Nacional dos Procuradores do Estado, prepara a representação semelhante contra os magistrados, sustentando que esses não po-

dem se equiparar aos Ministros do Supremo Tribunal Federal para receber o equivalente aos componentes de mais alta corte de Justiça do País, também é dispositivo da nossa Constituição. Se é constitucional ou não, o Poder Judiciário deve pronunciar-se, e a Constituição não teria determinado os dispositivos que fez se dependesse do meu voto, mas é a Constituição do Paraná, me submeto, tanto é que jurei respeitá-la e cumpri-la.

Portanto, este é o quadro que se apresenta, são os Vereadores, as Assembléias, os Prefeitos Municipais. Quem é competente para estabelecer subsídio do Prefeito Municipal? São as Câmaras de Vereadores. Qual é o teto? Não há. É a consciência de cada Vereador, isso é dispositivo constitucional.

No entanto, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de vir aqui para dizer que aqui eu tenho comportamento conhecido, posso ter inúmeras falhas, as reconheço, mas eu voto aqui, o meu voto é livre, não tenho satisfação a dar do meu voto, senão à minha consciência e àqueles que para aqui me mandaram ao longo dos vinte anos; não compro voto de ninguém, sou independente como tantos aqui são, não preciso bajular ninguém, inclusive ninguém da imprensa.

Imaginem se a vida Parlamentar se encerrasse aqui, nas quatro paredes, eu sei disso, não fosse a imprensa a dizer o que acontece aqui, a dar publicidade dos atos, a nos fiscalizar. Reconheço, desgraçado do país desprovido de imprensa livre, infeliz sem a imprensa altaneira.

Mas tenho liberdade para vir aqui dizer que não aceito certas insinuações, especialmente no que diz respeito à coisa pública, à seriedade, ao dinheiro do povo. Ninguém vai me dizer quem eu devo pôr no meu gabinete ou tirar.

Mas eu acho, Senhor Presidente, Senhores integrantes da Mesa Executiva muito especialmente, houve uma reunião suprapartidária no gabinete da Presidência da Casa, segunda-feira de manhã, após a sessão, e algumas coisas foram discutidas, independentemente de partido político e algumas soluções, parece-me que poucas, mas se deu de imediato. Eu quero fazer um apelo, formular um apelo, Senhor Presidente, Senhores membros da Mesa, Senhores Líderes de Bancada, para que nós possamos continuar na discussão deste assunto, que já aborrece, que as pessoas querem informação que já estamos vendo nas ruas, até pelos nossos amigos como que sendo mentirosos, como que sendo desonestos, como que vivendo às custas do povo, roubando.

Não! Vamos colocar fim, Senhor Presidente, é certo que a Casa pode examinar, ver, rever posições aqui no quadro, no



funcionamento da Casa, vamos aproveitar essa oportunidade para também irmos agora aos palanques falar de frente, não aqui nas quatro paredes, mas nós temos que falar lá fora, na rua, já que somos a interligação, a palavra, a voz do povo e o Poder. Não podemos nos dissociar, eu acho a oportunidade grande, séria, irremediável, intransferível, mas assumir de vez.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passamos ao Horário das Lideranças.

PMDB com a palavra.

Declina.

PDS com a palavra.

Declina.

PFL com a palavra.

Declina.

PDC com a palavra.

Declina.

PTB com a palavra.

Declina.

PRN com a palavra.

Declina.

PSDB com a palavra.

Declina.

PT com a palavra.

Declina.

PL com a palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, amigos do magistério, lideranças do interior que nos visitam, amigos da imprensa. Recebo todos os dias, e tenho certeza que também os demais Parlamentares desta Casa, inúmeros telefonemas deste Estado de professores, de pais, alunos, querendo saber o que efetivamente está sendo decidido por parte do Governo do Estado e da Assembléia Legislativa.

Ontem alguns companheiros falavam da negociação da Liderança do PMDB com o Executivo Estadual, hoje novamente ocorreria uma sequência dessa negociação. Estamos nos aproximando de 50 dias de paralisação do magistério, e quem sofre com isso somos todos nós, a sociedade paranaense, os professores que não são valorizados por um chefe do Poder Executivo que é, ou foi professor.

É preciso Senhor Presidente e nobres Pares, que esse Parlamento, se possível for, ocupe um espaço, pago até, se necessário, num "pool" de televisões para colocarmos a palavra deste Parlamento e a palavra das lideranças do magistério, porque segundo informações não é bem isto que acontece que chega aos ouvidos dos pais e alunos. Os alunos estão desesperados, os pais apavorados, os professores já passam fome. Na sexta-feira houve um ato público

na "Boca Maldita" e todos nós fomos convidados para essa passeata em solidariedade ao magistério do Paraná que vem sendo penalizado. Esta classe laboriosa pela sua dedicação, pelo seu trabalho, frente às escolas públicas estaduais.

O Governo diz que a educação é um exemplo para o País, diz da educação do Paraná, será que isso é verdade, Senhores Parlamentares. É preciso ouvir a outra parte! Nós precisamos ouvir a sociedade toda, os professores deste Estado, o Parlamento Estadual para que não se engane ou tente enganar os pais de alunos, dizendo que a Assembléia não tenta negociar, que a Assembléia fica de braços cruzados. E a Assembléia do Estado do Paraná, caixa de ressonância deste Estado ou pelo menos deveria, que abriga as aspirações do povo paranaense deveria tomar uma posição com relação a este massacre efetuado contra nós.

E quero propor aos nobres Pares e pedir, desde já, o apoio, eu não conheço município nenhum deste Estado onde um Vereador ganha mais do que um Secretário Municipal, e vamos apresentar uma proposta, Senhor Presidente, igualando os salários dos Deputados Estaduais ao Salário dos Secretários de Estado. É isso que nós precisamos fazer! Se o Secretário ganha 150 (cento e cinquenta) nós também ganharemos cento e cinquenta; se eles têm despesas extras pagas pelos cofres, serão pagas também essas despesas pela Assembléia pelo erário público a nós Parlamentares. Porque no meu gabinete, as pessoas que me ligam do interior 80% delas, Senhor Presidente, ligam a cobrar. Eu estou pagando com os telefones dos meus escritórios, do meu apartamento em Curitiba e em Maringá, aproximadamente, cem mil cruzeiros de telefone.

Agora, dizer que o Deputado ganha muito, ora se você me disser qualquer cidadão que ganha três mil cruzeiros por mês e não faz nada está ganhando muito. Está ganhando muito! Agora, o Deputado que trabalha, o Deputado que viaja, o Deputado que está na base, é preciso mostrar para um canal de televisão todos os gastos de cada Deputado. Se tem um Deputado que não viaja, se tem um Deputado que não visita suas bases, se tem um Deputado que não participa de reuniões, este Deputado, por certo, está engordando a sua poupança, mesmo após o Plano Collor, porque já recebe em cruzeiros.

Mas fica aqui a nossa proposta, Senhor Presidente, de igualarmos os nossos salários aos dos Secretários de Estado com as despesas extras pagas também, mas sem mordomias. E é preciso que este Estado saiba que quando fui 2º Secretário ao lado de V.Exa. Senhor Presidente, ao lado do Depu-

tado Antônio Annibelli, enxugamos esta Casa, participamos e trabalhamos com austeridade e isso nós temos para mostrar à sociedade paranaense com relação ao Magistério Público.

V.Exa., Senhor Presidente, Deputado Anibal Khury, a Mesa Executiva, os Deputados desta Casa, precisam tomar uma solução urgente porque não agüentamos mais nem a sociedade e nem aqueles que englobam esta sociedade, que são também os sacrificados, os penalizados e aqueles que até passam fome, que são os professores da rede estadual de ensino.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa,

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa anuncia a presença do Prefeito Osvaldo Agostini, de Marmeleiro, e registra com satisfação a sua visita.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Pela Ordem, Senhor Presidente.  
(Assentimento).

Senhor Presidente, eu gostaria de fazer uma comunicação à Assembleia Legislativa que vem do Poder Judiciário.

"O Poder Judiciário, através do Juiz de Paranaíba, e o Poder Judiciário, através do Juiz de Londrina, analisando a ação impetrada pela APP - Sindicato, com relação aos punidos em regime de CLT, publicado no Diário Oficial do dia 02 de maio de 1990, por ordem do Senhor Governador Álvaro Dias, em que determinava demissão sumária, caso não retornassem às aulas, ditos juízes das comarcas, repito, de Paranaíba e Londrina, acabam de conceder liminar em favor dos professores, suspendendo a punição dos professores em greve, reconhecendo o direito legítimo da greve.

Faço esta comunicação para chamar a atenção dos Senhores Parlamentares que hoje temos de novo a votação do projeto de anistia que vem corroborar assim uma decisão da própria justiça reconhecendo que nós estamos no caminho certo em evitar punições quando um segmento da sociedade legitimamente reivindica o seu direito através do instrumento constitucional da greve.

Muito obrigado.

Sobre a mesa, Mensagem de n. 104/90, de autoria do Senhor Governador do Estado,

constante do expediente, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre mais uma etapa da reforma administrativa dos órgãos do Poder Executivo. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados para compor a CPI, que investigará irregularidades na exploração dos chamados bingões. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do PMDB e do Governo, constante do expediente de sessão anterior, indicando os Senhores Deputados para compor a CPI, que investigará os Festivais de Prêmios do Paraná. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados para compor a CPI, que investigará irregularidades na exploração dos chamados bingões. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando um Senhor Deputado para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito constituída para investigar eventuais irregularidades na área fazendária e sistema financeiro estadual. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, devidamente apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando licença particular por 121 (cento e vinte e um) dias a contar desta data. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação, para o Projeto de Lei n. 304/89 e para Proposição n. 53/90. Aprovados.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação, de autoria do

Senhor Deputado Hermas Brandão, acima aprovados:

4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 304/89, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza o Poder Executivo a conceder anistia a Professores que sofreram descontos por motivo de greve e proceder o devido ressarcimento. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Com EMENDA SUBSTITUTIVA de 3.<sup>a</sup> Discussão. Em discussão.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) - Eu solicito à Mesa que determine a leitura da emenda para conhecimento de todos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor 1.<sup>o</sup> Secretário procederá a leitura da emenda.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO (Pirajá Ferreira) - (Lê Emenda).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em discussão a Emenda Substitutiva.

Em votação. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda Substitutiva conservem-se como estão. Aprovada por unanimidade.

O Projeto irá à Redação Final na sessão de segunda-feira.

Há requerimento do Deputado Hermas Brandão para que se aprecie na sessão de amanhã a Redação Final. Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovado.

O Projeto será apreciado na sessão de amanhã, em Redação Final.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 53/90, VETO aposto ao Projeto de Lei n. 114/90, de autoria do Tribunal de Contas, que dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI N° 114/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

VETO. RAZOES EM SEPARADO

EM 10.04.90

Álvaro Dias

Governador do Estado

D E C R E T A:

Art. 1.<sup>o</sup> - O vencimento básico dos membros do Corpo Especial e da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas, fica fixado em NCz\$ 33.134,15 e será revisto na mesma data em que se modificar o dos Conselheiros, guardada a proporcionalidade desta lei.

Art. 2.<sup>o</sup> - Aplicam-se aos inativos do

Corpo Especial e da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas os vencimentos definidos na presente lei.

Art. 3.<sup>o</sup> - As despesas com a execução da presente Lei serão atendidas pela dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas.

Art. 4.<sup>o</sup> - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e seus efeitos financeiros, vigoram a partir de 1.<sup>o</sup> de janeiro de 1990.

Art. 5.<sup>o</sup> - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 30.03.90.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para não deixar em branco a solicitação do ilustre Deputado Sabino Campos, de quem eu peço a atenção, caro Deputado, eu concordo com a proposta de Vossa Excelência, só quero dizer o seguinte: vamos fazer a emenda, vamos aprová-la, agora a isenção foi concedida no Palácio Iguaçu, não foi nesta Casa, a isenção de 50% foi concedida no Palácio Iguaçu, por contrato.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Discussão única da Proposição n. 53/90, veto aposto ao Projeto de Lei n. 114/90, de autoria do Tribunal de Contas. Parecer da Comissão Geral, Deputado Hermas Brandão.

O SR. HERMAS BRANDÃO - Lê o parecer da Comissão Geral sobre o veto do Senhor Governador, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO VETO N° 053/90

P A R E C E R:

A proposição em tela veta o Projeto de Lei n. 114/90, que fixa a partir de 01.01.90 em NCz\$ 33.134,15 o vencimento básico dos membros do Corpo Especial e da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas, valor este que será revisto na época e proporcionalidade em que se modificar o dos Conselheiros e foi comunicada a esta Casa pelo Senhor Governador em 10.04.90, através do Ofício n. SAT/69/90, daí decorrente o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal, fundamentada na constitucionalidade, desde que, segundo o Chefe do Poder Executivo, fere o disposto no inciso XIII, do art. 37, da Constituição Federal.

Todavia, não existe a alegada inconstitucionalidade desde que o artigo 27, inciso X, da Constituição Estadual e o ar-

tigo 37, inciso X, da Constituição da República, determinem que a revisão e a reposição da remuneração dos servidores públicos se fará sempre na mesma data e com os mesmos índices, sem distinções.

O plano de lei vetado propõe exatamente isto.

Nestas condições, o parecer é pela rejeição do veto.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em Discussão o parecer, e, Votação. Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu pediria vênua a Vossa Excelência para que expusesse, embora tenha pleno conhecimento, em razão de estar conversando com os companheiros de não ter entendido a votação de Vossa Excelência, eu gostaria que Vossa Excelência explicasse o que Vossa Excelência está submetendo à Votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa já anunciou. É a Proposição n. 53/90, veto apostado ao Projeto de Lei n. 114/90, de autoria do Tribunal de Contas, que dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas do Paraná. O parecer do relator foi aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Que o veto está em condições de ser apreciado, perfeito. Vossa Excelência na sequência colocará em votação o veto?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente.

A Mesa esclarece ao Plenário que fará a votação da Proposição n. 53/90, adotará o disposto pelo parágrafo 4º do artigo 71 da Constituição do Estado, ou seja, a votação será escrutínio secreto.

Senhor Primeiro Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados, para em votação, em número de duas, ao ser chamado o Deputado deverá dirigir-se à Mesa dos trabalhos, onde receberá a sobrecarta rubricada pelo 1º Secretário; após o que, deverá dirigir-se à cabine indevassável, localizada à direita da Mesa, onde encontrará a cédula de votação contendo as expressões sim ou não. Os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto deverão utilizar as cédulas contendo a expressão sim; os contrários à manutenção do veto deverão manifestar-se votando com as cédulas que contêm a expressão não. Após

Curitiba, quarta, em 09.05.90

terem feito a sua opção de voto, deverão colocar a cédula na sobrecarta rubricada e depositá-la na urna que se encontra sobre a mesa.

A Presidência salienta que para a derubada do veto serão necessários que vinte e oito Deputados votem não, conforme previsão da parte final do parágrafo 4º do artigo 71 da Constituição Estadual.

Senhores Deputados que votam a favor do veto, votarão sim; e os que votarem contra o veto, votarão, com a cédula não.

O Senhor Primeiro Secretário iniciará o processo de votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado) -  
Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação da Proposição n° 53/90.

(Termina Chamada Nominal para votação)  
(Faz 2ª chamada).

Votaram 46 (quarenta e seis) Senhores Deputados; ausentes 8 (oito) Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Designo Comissão composta pelos Senhores Deputados Caíto Quintana, Leônidas Chaves, Hermas Brandão, Erondy Silvério, para compor a Comissão escrutinadora, qualquer impugnação deverá atender ao que se acha contido no disposto pelos artigos 169, 171 do Código Eleitoral conforme decisão já adotada pela Mesa, ou seja, deverá ser formulada antes da proclamação do resultado.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado) -  
22 (vinte e dois) NÃO e 24 (vinte e quatro) SIM, perfazendo quarenta e seis votantes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela manutenção do veto 24 (vinte e quatro) e pela derrubada 22 (vinte e dois). Está mantido o veto.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 398/89, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede à Maria Rodrigues da Silva, viúva do ex-prefeito de Jardim Alegre, Sr. José Lopes da Silva, pensão mensal, no valor de dois salários mínimos. Aprovado. (Publ.no D.A. n° 120 de 15.12.89).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 26/90, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, que isente do Imposto de Circulação de Mercadorias (I.C.M.S.) na aquisição de veículos para o serviço de taxis de

profissionais autônomos no Estado do Paraná. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 02 de 19.02.90).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 204/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 75/90) que cria o Quadro Próprio da Secretaria de Estado da Comunicação Social e dá outras providências. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 37 de 09.04.90).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 09/90, de autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Pato Branco, para que a população decida sobre a criação do Município de Bom Sucesso do Sul, desmembrado do Município de Pato Branco. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 14 de 14.03.90).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 11/90, de autoria do Deputado José Rogério Carvalho e outros, que autoriza a realização de plebiscito no Município de Honório Serpa, criado pela Lei n° 9.184, para opinar sobre sua instalação. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 26 de 26.03.90).

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 132/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 62/90), que institui a Fundação Universidade do Centro-Oeste, com sede e foro na cidade de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Com EMENDAS de Plenário. (Publ. no D.A. n° 24 de 22.03.90).

Emenda do Deputado David Cheriegate já aprovada em 2.<sup>a</sup> discussão. Os Srs. Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovada. Emenda do Deputado David Cheriegate já aprovada em 2.<sup>a</sup> discussão. Os Srs. Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovada. Emenda do Deputado Nereu Massignan e outros Srs. Deputados. Os Srs. Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovada. Há emenda em 3.<sup>a</sup> discussão do Deputado Duílio Genari que cria a Fundação Universidade Estadual de Toledo. Os Srs. Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovada. O Projeto irá a 4.<sup>a</sup> discussão.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 228/90, de autoria do Deputado Sabino Campos, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Vila Nova, com sede na localidade do mesmo nome, desmembrado do Município de Toledo, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n°

260/89, de autoria do Deputado Ferrari Júnior, que autoriza o Governo do Estado a vender as residências oficiais, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, há várias emendas.

Há um substitutivo Geral, Emenda Modificativa, do Deputado Algaci Túlio. Vai ser lida pelo 1° Secretário.

O SR. 1° SECRETÁRIO - (Tadeu Lúcio Machado) - (Lê a emenda)

PROJETO DE LEI N° 260/89.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO N° 01

Art. 1° - Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a vender a residência oficial destinada ao Chefe do Poder Executivo, dentro dos critérios da Lei.

Parágrafo Único - O imóvel de que trata o "caput" deste artigo consiste na residência sita à Rua Eça de Queiroz, 818, no bairro Ahú, nesta Capital.

Art. 2° - O imóvel denominado Chácara do Canguiri, no município de Piraquara, passa a constituir patrimônio da Secretaria de Estado da Educação, devendo abrigar o Centro de Ensino Técnico-Agrícola da região Metropolitana de Curitiba, a ser criado em Lei.

Art. 3° - O imóvel denominado "Ilha das Cobras", no litoral do Estado, constitui área de preservação ambiental e sua utilização pela população será disciplinada em Lei.

Art. 4° - O produto da venda do imóvel oficial do Chefe do Poder Executivo, aludido no artigo 1° desta Lei, será aplicado em programas de habitação popular destinados a famílias de baixa renda desenvolvidos pelo órgão competente do Governo do Estado.

Art. 5° - O imóvel e utensílios cadastrados como patrimônio das residências serão levados a leilão público, na forma da Lei e o produto arrecadado será repassado às entidades de serviço social que prestam serviços em convênio com o Governo do Estado.

Art. 6° - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

Apoiamento: NAMIR PIACENTINI, ANTÔNIO AN-NIBELLI, PAULO FURIATTI e 3 ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

A granja do Canguiri, no município de Piraquara, quase no seu limite noroeste com o município de Quatro Barras, é área de preservação, com inúmeros pinhais e bosques de mata nativa típica da área de transição entre os planaltos frios do Pa-

Paraná e a Mata Atlântica, além de ter mais de 50 anos de tradição como área de instrução e experimentação agrícola, podendo merecer uso voltado para o bem comum, em convênio com as Universidades do Estado e instituições de pesquisa. Já no tempo em que o historiador Alfredo Romário Martins era da Secretaria de Agricultura do Estado, quando de sua memorável "campanha do trigo", feita em conjunto com professores pioneiros, fundadores do curso de Agronomia da primeira Universidade da Paraná, tais como Adolar Hingreville Hintz e outros, o Canguiri tinha uso de pesquisa agrícola. Vendê-lo a pretexto de liquidação de mordomias tem apenas o efeito de mídia, sendo atentado contra o patrimônio histórico, cultural e natural do Paraná.

Já a Ilha das Cobras, na baía de Paranaguá, pertence ao Patrimônio da União, não havendo como o Governo do Estado "vender" a casa lá existente. De resto, também parte do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Paraná, como comprovam os registros históricos. O Governo do Estado poderia, quando muito, "ceder" "a permissão de uso", que detém do Patrimônio da União, pela propriedade da Ilha. Poder-se-ia, quando muito, sugerir, a instalação de um centro de biologia marinha, e/ou uso correlato naquela propriedade histórica, se o único fito é "combater mordomias de residências oficiais" dentro do discurso em voga na multi-mídia nacional.

A supressão das duas propriedades é forma de se realçar que a "única residência oficial do Paraná" foi o imóvel do bairro do Ahú, em Curitiba, ocupado por 3 anos pelo Governador Álvaro Dias, em Curitiba, para residência de sua família. Já, no Canguiri, há uma casa de campo, que pode também ter uso social mais amplo, usada vez ou outra por governantes, e, nos últimos três anos, pelo irmão do Governador, senhor Osmar Dias, como "residência Oficial do Secretário de Agricultura".

Sendo as casas "bens acessórios" às propriedades mencionadas, não há como autorizar o Governo do Estado a vendê-las, tendo por obrigação conservar o terreno - que no Canguiri é de domínio e posse estadual, e na ilha é de domínio da União Brasileira.

Além do mais, convém realçar a consciência da Assembléia do Paraná de que os bens públicos podem servir ao bem comum, dependendo da reta intenção de seus governantes, não cabendo ao Estado a atitude estróina de, a título de "enxugar a máquina" ou "tapar buracos advindos do caos econômico", jogar fora o que tantas gerações prezaram e conservaram, e deve ser legado aos que hão de vir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há ainda

uma emenda do Deputado Nereu Massignan sobre uso de veículos da Assembléia. Trata-se de um Projeto de Lei que está sendo examinado e votado pela Assembléia e a emenda do Deputado Nereu Massignan se restringe ao problema da Assembléia, e objeto de Projeto de Resolução.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem) - Sr. Presidente, mas a Assembléia pode instituir por lei uma determinação quanto ao uso dos veículos oficiais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nós levamos tanto tempo para restabelecer as prerrogativas da Assembléia, eu acho que nós devemos fazer através de projeto de resolução.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presidente, eu já tenho um projeto de resolução...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será anexado o de Vossa Excelência.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presidente, eu peço vênica a Vossa Excelência para modificar a emenda - e há tempo ainda - e incluir então aí na regulamentação o Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Vossa Excelência poderá apresentar esta emenda em 3ª discussão.

Há emenda do Deputado Pedro Tonelli que destina a propriedade do Ahú a uma escola e, se não for possível... (Continuando lendo), nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 25/90.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

Submeta-se à apreciação juntamente com o Projeto de Lei n° 260/89. Em, 20.04.90.

(a) Anibal Khury  
Presidente

Acrescente-se ao Projeto de Lei n° 25/90 o seguinte artigo.

"Art. - O imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado à rua Eça de Queiroz n° 818, no bairro do Ahú, em Curitiba-Pr, devidamente matriculado no registro de imóveis da circunscrição competente, após estudos de viabilidade técnica, será destinado para instalação e funcionamento do Hospital criado por esta lei.

Parágrafo Único - Caso o estudo de viabilidade técnica conclua pela inadequação do referido imóvel para esta finalidade, fica o Executivo autorizado a aliená-lo, em hasta Pública, pela melhor proposta, cuja renda será obrigatoriamente aplicada na instalação do Hospital do Servidor Público."

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(a) PEDRO TONELLI.

Apoiamento: PAULINO JOSÉ DELAZERI, JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, VALDERI MENDES VILELA e NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

O imóvel referido nesta emenda até recentemente foi utilizado como residência oficial do Governador do Estado do Paraná.

A sua destinação para funcionamento do Hospital do Servidor Público Estadual se justifica em função do seu tamanho, distribuição interna e localização, - 2.139 metros quadrados, 58 cômodos, dentre eles 14 banheiros, etc...

Entretanto, como as construções hospitalares devem seguir critérios técnicos próprios, sugere-se, previamente um estudo técnico. Caso o estudo conclua que o imóvel é impróprio para a finalidade, autoriza-se o Executivo a aliená-lo para que, com os recursos conseguidos, se implemente o Hospital do Servidor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprovada a emenda do Deputado Algaci Túlio. Fica prejudicada a emenda do Deputado Pedro Tonelli.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda do Deputado Algaci Túlio e outros Srs. Deputados ao projeto de lei do Deputado Ferrarri Júnior conservem-se como estão.

O SR. EDUARDO BAGGIO (Pela Ordem) - Gostaria de fazer uma declaração de voto. Voto contrário à venda da residência do Governador porque entendo que aquela residência, adquirida no Governo de João Elísio, através de dívidas de terceiros e o Estado ficou com aquela propriedade, entendendo que não é nenhuma mansão extraordinária. Em Curitiba tem dezenas e milhares de outras casa melhores que aquela. Digo mais, o Chefe do Poder Executivo, seja ele qual for, deverá ter a residência oficial como manda o protocolo e dos demais Estados também da Federação, como também a própria União, tenha sua residência oficial. Não é o dinheiro da venda desta residência que vai fazer com que novas casas sejam construídas para a população de baixa renda. É um dinheiro que vai ser diluído e vai ser mais uma venda que o dinheiro não deverá ser aplicado naquilo que subentende o Deputado Algaci Túlio. Portanto o meu voto contrário.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Pela ordem, Sr. Presidente, indago a Vossa Excelência se após a votação do substitutivo do Deputado Algaci Túlio as outras emendas serão discutidas e votadas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A emenda de Vossa Excelência no que se refere à

venda de aviões e veículos será também apreciada.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Muito obrigado Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação.

O SR. RAFAEL GRECA - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar a votação concedo a palavra ao Sr. Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É fundamental que se proponha a venda da casa do Ahú porque ela não tem qualquer valor histórico para o Paraná. Ela foi usada fruto de uma dívida assumida com um banco de financiamento e foi usada apenas pelo Governador Álvaro Dias em três anos de seu Governo, quando se instituiu de novo a figura da casa oficial.

É bom que o Paraná saiba, nós já tivemos casa oficial anteriormente. Na Velha República, antes da Revolução de 30, servia de casa oficial o Palácio da Rua Barão do Rio Branco, da Rua da Liberdade, onde hoje está o Museu da Imagem e do Som do Paraná. Um belo edifício neoclássico que, felizmente, foi preservado do patrimônio do Estado.

No tempo do Estado Novo serviu de residência oficial a bela casa comprada à família Hauer, no Alto de São Francisco, que é o Palácio de São Francisco, aonde o Deputado Erondy Silvério conheceu o Interventor Manoel Ribas, conforme uma vez me relatou numa noite de memórias.

Hoje o Paraná tem de novo a casa oficial, que é a casa do Ahú, casa sem qualquer valor histórico. No que diz respeito a mandar vender o Canguiri que tem valor histórico, paisagístico e inclusive valor cultural, podendo ser uma escola agrícola, como quer o Deputado Algaci Túlio, estamos plenamente contrários a esta determinação de venda. E no que diz respeito a se vender a casa da Ilha das Cobras, também somos contrários; pelos mesmos valores: históricos e paisagísticos. E, sobretudo, porque seria atestado de suprema estupidez a Assembléia mandar vender o que é patrimônio da União, o que está sendo apenas usado pelo Governo do Estado, sendo patrimônio da União.

Agora, no que diz respeito à casa do Ahú. Menos para sair a notícia nos jornais, nos telejornais das oito horas da noite, como é de aguçado interesse neste tempo eleitoral de inquisição às ditas



mordomias, que nem todas são. E mais, para que se qualifique que aquela casa efetivamente não interessa ao povo do Paraná.

Há, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que se prever o seguinte; nem sempre quando se entrega o próprio público a fim de liquidação de mordomias, se está servindo o povo. Haja vista o vexame do Ministro Magri, sendo citado em noticiário nacional como cliente preferencial do Hotel São Marcos de Brasília com desconto absolutamente imoral. E mais o vexame do Secretário de Esporte, Zico, tendo emprestado um carro da empreiteira Fiat para serviço dele, que é alta autoridade da República.

E ainda o vexame dos Senhores Ministros, moradores da Academia de Tênis de Brasília todos eles certamente financiados por interesses terceiros. Não faltará generosos empreiteiros que financiem as autoridades públicas na falta do necessário substrato para o exercício digno da mesma autoridade.

Dizia-me, agora há pouco, uma repórter: "tem esta Casa 100 carros". E eu perguntava: você prefere um Poder descalço, que anda a pé no exercício do Poder? Claro que não se fala de Ministro do Supremo Tribunal do Trabalho que vai a Florianópolis com a família.

Mas, se fala do carro público que sirva a interesse público na função pública, como por exemplo, serve ao interesse público o carro do Deputado que atende o prefeito que vem do interior ligando-o entre as várias Secretarias com sede na Capital; como serve ao interesse público a ambulância que leva o desvalido da rodoviária até ao albergue, do albergue até o Hospital do Câncer; como serve ao interesse público a representação de sua Excelência o Presidente da Assembleia quando vai receber um embaixador, porque não imaginamos, efetivamente, o Presidente da Assembleia do Paraná chegando de táxi ou de ônibus expresso em uma cerimônia oficial, embora já o tenhamos visto dirigindo o seu próprio carro particular.

Então Senhor Presidente, Senhores Deputados o meu voto favorável ao substitutivo do Deputado Algaci Túlio e ao Projeto do Deputado Ferrari Júnior.

É com essas ressalvas com relação à História do Estado e com relação, sobretudo, à lucidez dos Poderes públicos da Nação diante da estúpida campanha que se tenta fazer simplificando por demais coisas que não são simples, como por exemplo a dignidade e a independência no exercício do Poder.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Emenda do Deputado Algaci Túlio.

Os Senhores Deputados que a aprovam, queiram conservar-se como estão. Aprovada.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Solicito seja consignado o meu voto contrário.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Fica registrado os votos contrários do Deputado Artagão Mattos Leão, Eduardo Baggio.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Para Justificar) - Vou votar contra e não vejo razões neste momento para que uma reforma administrativa do Governo, quando está procurando fazer economias a nível de Estado, e que mais uma vez a Assembleia Legislativa, por alguns Deputados através de Emendas querem pegar uma garupa em um cavalo que está passando arreado.

Gostaria de registrar, inclusive, o meu voto de protesto quando se propõe a venda do avião, ou seja, da aeronave "King Air". É uma aeronave que o Governo do Estado possui desde 1968, adquirida pelo ex-Governador Paulo Pimentel. Tem muito servido ao Paraná. É uma aeronave que, se compararmos hoje às despesas com aviões novos do Estado, seu custo é inferior.

Essa história de moralidade, essa história de gastos do Governo, da Assembleia Legislativa do Estado, temos que reduzir sim, mas adotando um critério de responsabilidade e de seriedade. Nós não podemos envolver a Assembleia Legislativa, em cima de uma reforma do Governo do Estado, atropelando uma reforma, apenas por interesses políticos no Estado do Paraná.

Acho que alguma coisa tem que ser mudada, nós não podemos entrar na precipitação hoje que vivemos, a nível de algumas ilusões do Governo Federal. E tenho observado o contentamento da Bancada do PRN nesta Casa, que querem seguir a mesma trilha, mas sem saber as repercussões do futuro.

Discordo inteiramente com algumas posições e principalmente quando o Governo Federal do PRN, quer provar à Nação Brasileira através da Ministra da Economia, Zélia Cardoso, que o País está vivendo sem inflação. Pode ser que muitos acreditem, mas eu não acredito que o País não está vivendo com inflação.

Nós não podemos tapar aqui no Paraná, no Brasil inteiro, o sol com a peneira. Nós temos que viver a realidade, do processo de mudanças, mas sem desmoralização dos poderes constituídos pelo povo brasileiro. Registro aqui o meu voto contrário, contra essas posições de vendas executadas, inclusive, sem uma análise maior e um

critério melhor que possa ser feito.

Muito obrigado, Senhor Presidente, e gostaria de registrar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será registrado.

E emenda do Deputado Algaci Túlio está aprovada. Os votos contrários do Deputado Baggio, Manfrinato e Artagão de Mattos Leão.

Há emenda do Deputado Ferrari Júnior, inclua-se onde couber. (Lê a emenda):

"Fica autorizado..." nos seguintes termos:

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N° 02

Inclua-se onde couber:

"Ficam autorizadas ainda as vendas de:

2 aviões Sêneca Mod. Emb. 210-D - EMBRAER

1 avião King- Air

Veículos Brasinca à disposição do Estado e/ou Secretarias.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(a) FERRARI JÚNIOR

Apoiamento: Duílio Genari, Hermas Brandão, Alaci Túlio, Nereu Carlos Massignan.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

É preciso de uma vez por todas, fiquem bem claras a posição da Assembléia Legislativa do Paraná e do Governo do Estado do Paraná. O Deputado Dirceu Manfrinato da Bancada do PMDB, diz que nós da Assembléia Legislativa, estamos pegando uma carona no projeto do Governador.

Mas é o Governador Álvaro Dias, Deputado e Vossa Excelência sabe disso, quem está pegando uma carona no projeto deste Deputado, dos Deputados do PRN e dos Deputados da Oposição.

E nós apresentamos esse projeto no ano passado, e quando nós apresentamos aqui esse projeto, alguns Deputados da Bancada do PMDB, disseram que eram projetos de demagogia, se eram projetos de demagogia no ano passado, muito mais demagogia é do Governador Álvaro Dias, em mandar o projeto agora, no final do mandato dele. Depois que ele explorou e aproveitou toda a mordomia, lá na mansão onde morava, que nos outros órgãos do Estado do Paraná, agora no fim e carreira, no fim de mandato, ele manda esse projeto para a Assembléia.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, é também uma posição, para que fique claro perante o Paraná, se há algum erro no Legislativo, há muito mais erros no Executivo, e nós vamos procurar consertar os possíveis erros, que existam no Legislativo, mas vamos também obrigar o Executivo a

corrigir os seus erros e as suas mordomias, que são gigantescas, perto daquilo que se conversou, chamar de mordomia do Legislativo.

Nós estamos propondo, a venda de três aviões do Governo do Estado, dois aviões Sêneca e um avião King Air.

Nós não estamos sendo radicais, nem fazendo nenhum golpe político, porque não incluímos aqui o avião que é usado pelo Governador, o avião a jato do Governador, que é usado nas suas viagens pelo Estado do Paraná.

Acho que precisa um Governador do Estado, precisa ter uma aeronave à disposição para sair daqui, e em cinquenta minutos ir à Londrina, ir à Pato Branco, enfim a outras cidades do Paraná.

Nós estamos agora, é condenando a mordomia do Executivo, que mais três aviões é mordomia, é servir a quem? Se o Deputado Estadual, não pode, não deve utilizar carros da Assembléia, também o Secretário de Estado não deve utilizar aviões que também são custeados, comprados e pagos com o dinheiro do povo, do contribuinte.

Então estamos pedindo, nesta emenda, a venda de aviões. Chega de passeios de Secretários em campanha pelo Estado do Paraná, como fez muito o ex-Secretário da Fazenda e o seu Diretor Geral, que, em campanha desde o primeiro dia, permitiram que sonegadores afundassem o Estado do Paraná!

Estamos propondo também a venda de veículos Brasinca, à disposição do Estado e de Secretarias. Na verdade eu não sei se existe um veículo desses, ou dois, ou três, não sei. Dizem que tem dois, outros dizem que tem três, eu não sei.

Hoje tentei contato com vários órgãos do Governo até agora não fiquei sabendo. Alguém me informou que são dois veículos. Estes veículos Brasinca é o fino, a finesse da mordomia. É um carro de luxo, que gasta um combustível danado, que serve ao Governador do Estado, para aquilo que não poderia nunca servir. Se o Governador decide ir de Curitiba de avião a jato, para ir visitar Paissandu, a 8 quilômetros de Maringá, ele pega o seu avião, vai a Maringá, este Brasinca, esta caminhonete de luxo sai de Curitiba, vai a Maringá, fica no Aeroporto, o Governador desembarca, pega este carro, vai a Paissandu, faz o que tem que fazer, a Brasinca devolve-o ao aeroporto, ele pega o avião, e este carro de luxo vem batendo lata estrada afora, depois de haver cumprido mais esta etapa da mordomia.

Então nós estamos propondo a venda desses veículos, e pedimos para que as Bancadas de Oposição, nesta Casa, mantenham esta posição e votem também, como nós também vamos votar com a proposta do Depu-

tado Massignan que pede, em outras linhas, a venda dos veículos da Assembléia Legislativa que são utilizados pelos Deputados.

Muito embora, esses veículos utilizados pelos Deputados não custem um centavo aos cofres públicos porque a despesa de gasolina, manutenção, pneu, quebra de carros, viagem, etc, é pago pelo bolso do Deputado, bem diferente dos Secretários que quando se utilizam de um avião ou de um carro oficial, tudo é pago pelo povo, tudo é pago pelo contribuinte.

Concedo o aparte ao Deputado Baggio que solicitou.

O Sr. Eduardo Baggio - Vossa Excelência, Presidente, permite?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nós vivemos num regime democrático, permito o aparte.

O Sr. Eduardo Baggio - Obrigado, Presidente.

Eu digo ao nobre Deputado Ferrari Júnior, que com a venda dessas aeronaves que o Estado tem, muito embora os Sênecas são uns aviões que gastam bastante, e consomem gasolina e o avião King Air é um avião turbo, que gasta querosene que é um combustível super barato, eu digo a Vossa Excelência que alguém vai sair ganhando com isso. O Estado fica sem as aeronaves, mas as empresas de transporte aéreo de Curitiba é que vão lucrar com isso, porque o Estado vai continuar voando, com aviões fretados.

Evidentemente que os Senhores Secretários também irão se deslocar de Curitiba, irão se utilizar de aeronaves e vão fretar de companhias de terceiros.

Portanto, mais uma vez o Estado estará perdendo com a venda disso daí, ou na pior das hipóteses, como se diz na gíria "mordendo" os Senhores empresários para que cedam os seus aviões, ou que paguem o fretamento daquela aeronave para servir este ou aquele Secretário.

Portanto, acho que devemos raciocinar bem porque a venda destas aeronaves, companhias de táxi-aéreos e fretamento é que vão sair ganhando, dentro do Estado do Paraná.

E a aeronave King Air, muito embora seja uma aeronave bastante antiga, mas está completamente reformada, utiliza querosene, que é o combustível mais barato, uma viagem Curitiba-Brasília gasta, no máximo, em torno de Cz\$ 10.000,00 de combustível. Portanto, é ainda uma aeronave viável ao Estado do Paraná.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Eles não utilizam as aeronaves para viagem a Brasília. Alguns Secretários de Estado saem por este

Curitiba, quarta, em 09.05.90

Paraná a fora, levando inclusive a família para visitar as suas cidades, as suas bases. Nós temos que mostrar ao Paraná e ao Brasil que nós vamos também ajudar a combater a mordomia neste Estado, e que as mordomias e os erros, não só no Legislativo, mas muito mais no Executivo.

Deputado Dirceu Manfrinato, eu ouço Vossa Excelência com muito prazer.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Deputado, eu faço um apelo a Vossa Excelência. Quando se fala em aeronave, eu lembro bem do helicóptero hoje usado pelo Presidente Fernando Collor de Mello e sua família, que é de todos os dias. Mas eu gostaria de fazer um apelo a Vossa Excelência, que pelo menos, retire esse pedido de venda da aeronave King-Air, porque eu posso dizer-lhe que estaria trazendo um prejuízo ao Paraná a venda do King-Air. Quanto às duas aeronaves, o Sêneca, eu voto até favorável à venda dos aviões. O que ocorre é que o King-Air é um avião, que tem condições inclusive, como teve no passado, de atender o problema da defesa civil no Estado. Nós tivemos várias enchentes no Paraná, nos Municípios de União da Vitória, região Noroeste do Estado, que transbordou o Rio Paraná, e esse avião foi muito útil no transporte de alimentos àquela população que estava ilhada.

Então, eu gostaria que Vossa Excelência repensasse, inclusive fizesse uma consulta aos técnicos "experts" em aeronave. Não queria de Vossa Excelência somente a palavra deste Deputado, mas vender o avião King-Air é hoje, realmente, um prejuízo para o Estado.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Se vender, se não houver malandragem, Deputado, se o avião for vendido pelo preço que ele vale, não vai haver prejuízo nenhum, não se incomode com isso.

Eu lhe digo ainda, Deputado Dirceu Manfrinato, agradecendo o seu aparte ...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu vou ter que encaminhar, porque Vossa Excelência não me deixou terminar o raciocínio.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Mas Vossa Excelência já colocou a sua posição.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Mas vou pedir à Presidência para encaminhar.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Quando Vossa Excelência se refere ao Presidente Collor, que é o Presidente do meu Partido - eu não estou aqui, Deputado, não vim a esta tribuna, nesta Casa, para defender o Presidente Collor, que é do meu Partido, claro

que tem as suas partes interessantes, as suas partes boas, está lutando para consertar este País, mas o Paraná vai mal, Deputado, porque tem Deputado aqui que insiste em defender com unhas e dentes o Governador do Estado, inclusive quando ele comete erros.

O caso dos professores...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência vai misturar um assunto com outro para puxar talvez um aplauso da platéia. Talvez seja esse o objetivo de Vossa Excelência.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Então, se o Presidente Collor está errado, eu acho também que está errado em ficar voando de helicóptero para fazer demonstrações, está errado, sim, isso é dinheiro do público.

É mais uma razão, Deputado Manfrinato, para dizer inclusive à grande imprensa nacional, que a mordomia, que o erro, que o gasto não está aqui só no Legislativo não, está muito mais no Executivo, lá do Presidente Collor e aqui do Governador Álvaro Dias.

O SR. SABINO CAMPOS - Senhor Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS - O nobre Deputado Ferrari foi muito democrático e não me permitiu um aparte.

Eu só queria perguntar ao nobre Deputado, que ele só acusou um ex-Secretário do Governo que utilizava os aviões do Estado, diárias do Estado para fazer campanha política e usava também, outros aí que usavam o correio do Estado, distribuição de propaganda do Estado.

Se ele sabe de mais algum, só acusou um. E também dizer que quando esteve em São Paulo no Grande Prêmio, o Presidente Collor, além do seu helicóptero, tinha outro para levar seu filho, para que assistisse o Grande Prêmio lá, em São Paulo, de Fórmula 1.

Eu acho que isso também deve ser ao Governo do Estado e também ao seu Governo, a nível de Brasília.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Se Vossa Excelência me permitir, é ele quem pediu que eu respondesse a seguir, se houve isso de um Secretário, o Secretário Haully, da Fazenda, que afundou esse Estado fazendo campanha política com o dinheiro do povo do Paraná.

Dáí, professor sem receber, porque o Sr. Haully gastou demais, o Sr. Álvaro gastou demais com a imprensa, todo mundo sabe, mas deixa pra lá.

Deputado, eu conheço o caso de um Secretário, mas se Vossa Excelência, Deputado do PMDB do Governo, se conhece mais alguns casos de outros Deputados, cite, eu não escondo, citei desse Deputado que eu conheço, não conheço de outros Deputados, se tiver, tanto pior para seu Governador, que deveria estar fiscalizando.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Dirceu Manfrinato, para encaminhamento de votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Obrigado, Sr. Presidente, nós seremos breve, porque o importante disso tudo é a votação e a tramitação do projeto e das emendas dos Deputados.

É apenas, ilustre Deputado Ferrari Júnior, líder do PRN nesta Casa, nós temos que fazer os comparativos, sim, Vossa Excelência acusou com relação ao uso das aeronaves do Estado, mas quando Vossa Excelência pertencia aqui às fileiras do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, desde 1983, até o dia que Vossa Excelência deixou o Partido, Vossa Excelência também viajou nas aeronaves do Governo do Estado, andou também nas "Brassincas" ou nos carros anteriores, que eram para estar nos municípios, que não foi o Governador Álvaro Dias que criou esta lei, que quando um governante visita os municípios do Interior, está dentro do cerimonial do Governo a obrigação da segurança, está aqui o Deputado Raul Lopes, ex-Comandante da Polícia Militar do Paraná, que pode testemunhar isso -, existe uma lei que determina que onde o Governo visitar, a segurança terá que ir dois dias antes antecipados, para ver esquema de segurança do Governador e com relação ao cerimonial.

Então, para mim, isso não é estranho, quando Vossa Excelência critica a questão das "Brassincas". Eu acho que Vossa Excelência está querendo então que o Governador Álvaro Dias saia do Palácio Iguaçu a pé para visitar Maringá ou Paiçandu, como Vossa Excelência acabou de frisar.

Isso aqui é humanamente impossível, qualquer governante, os professores que aqui estão tiveram que vir de ônibus ou de carro, de uma forma ou de outra tiveram que vir num veículo. Há necessidade, sim, e o Governo precisa, e não é o Governo Álvaro Dias, os futuros governantes terão o mesmo comportamento, porque isso está inserido na lei, o Governo não está se utilizando de mordomias.

Vossa Excelência acusou os Secretários do Governo Álvaro Dias por abuso das aeronaves, mas cada Secretário tem sua responsabilidade na sua pasta. O Governo tem 320 municípios no Estado para fiscalizar, é um Estado grande, Vossa Excelência sabe dis-

so, Vossa Excelência é Deputado e deve ter de quinze a vinte municípios que represente aqui nesta Assembléia Legislativa, e representar vinte municípios, Vossa Excelência trabalhando, muito que faça, ainda existem certas dificuldades para dar um atendimento preciso aos companheiros de base. E Vossa Excelência imagina um governo que tem 320 municípios, tem problemas em todas as áreas e não é só hoje que estamos vivendo o problema da educação.

Citaria a questão da segurança pública do Estado, desde quando tomei posse aqui, em 1983, e que o Comandante da época era o nosso Deputado Coronel Raul Lopes, quantas e quantas vezes fui ao Comando com audiência marcada para resolver os problemas de segurança da minha região. E posso frisar a Vossa Excelência ainda, ilustre Deputado, que tem um requerimento de minha autoria, aprovado por esta Casa, pedindo aquisição ao Governo do Estado, de dois helicópteros para atender à Segurança Pública do nosso Estado. Se nós tivérmos uma emergência para as Polícias Civil e Militar; se tivérmos um incêndio num prédio acima de 10, 12, 15, 20 andares, não teríamos o Governo disponível com um helicóptero.

Então, eu acho que tem que haver entre nós o bom senso. Se essas duas aeronaves que estão propostas pelo próprio Governador Álvaro Dias, estes dois Sênecas, eu até acho justa esta proposta do Governo em vender esses dois aviões Sênecas.

Agora, o que não podemos é vender aquilo que o Governo tem, que na verdade não apresenta despesas ao Estado, porque, se vendermos tudo, como aconteceu no Governo José Richa: o Estado vendeu um Asteca e dois aviões Navajos. E se Vossa Excelência levantar hoje os valores que foram vendidos os três aviões na época do Governo José Richa, Vossa Excelência somar hoje o valor que está o dólar, o Estado perdeu muito dinheiro...

O Sr. Ferrari Júnior - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Em seguida.

... Esta história de vendas, eu acho que tem que existir sim, mas dentro de critérios.

Qual é a questão de falarmos hoje ao povo do Paraná como hoje faz o Presidente que Vossa Excelência participou do processo eleitoral? Eu estou achando que tem que existir moralidade e não só nos Poderes constituídos: no Poder Legislativo, no Poder Executivo. A moralidade tem que existir em qualquer lugar, porque a honestidade não é privilégio de ninguém; honestidade é um dever de todos os brasileiros; a seriedade é um dever de todos nós, porque nós estamos caminhando hoje para um futuro

que eu quero acreditar nele, se não houver um desacerto a nível de Governo Federal. Este futuro que eu quero acreditar é exatamente os homens públicos passarem pela sabatina da população novamente, mas a população sabe julgar aqueles que defenderam com seriedade, que defenderam com honestidade os interesses do Estado e do seu povo, e não aqueles que utilizaram do Parlamento, utilizaram da Tribuna, utilizaram de um mecanismo através de Emendas para demonstrar uma demagogia que no fundo, na verdade, é apenas um paciente que estão injetando uma injeção, apenas prorrogando uma questão mais de dois ou três dias.

Nós vivemos aqui alguns momentos de emendas que se adentram em projetos que só retardam o processo de decisão a nível de Governo de Estado. Quantos prejuízos já tomou também o Governador Álvaro Dias junto ao Estado quando aqui nesta Casa, por oposição, retardaram a votação de muitos projetos e que, quando foram construir a obra que o dinheiro foi liberado, custava seis vezes mais.

Não existe governante que consiga governar quando não há liberdade para que as obras que são analisadas e as mensagens, passadas a este Poder, sejam votadas para que não haja o retardamento e não soframos uma inflação que nós sofremos o ano passado.

Concedo um aparte a Vossa Excelência nobre Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Infelizmente tem dois segundos e Vossa Excelência não vai me conceder um aparte em dois segundos, não dá para dizer mais nada. Eu peço a palavra pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência poderá apartear.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Cada vez que se critica aqui o Governador Álvaro Dias, especialmente alguém desta bancada, gente que já pertenceu...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Só um minutinho, Senhor Presidente.

Eu gostaria de solicitar de Vossa Excelência uma informação se Vossa Excelência está no aparte ou requereu uma questão de ordem. Porque o Deputado Anibal Khury, o nosso Presidente é democrático e eu gostaria de conceder um aparte a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Fase de aparte.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Vamos fazer o aparte, embora Vossa Excelência não pode conceder mais nada porque o seu tempo já

esgotou, então, eu vou no tempo do Presidente da Assembléia.

Cada vez que alguém desta Bancada, especialmente alguém que já militou no PMDB do Senhor Álvaro Dias, faz uma crítica ao Governador, foi ontem assim com o Deputado Nereu Massignan já aconteceu com outros Deputados do PSDB que pertenceram ao PMDB, o Deputado Dirceu Manfrinato se insurge dizendo que a gente não tem razão para criticar o Governador porque nós já pertencemos ao PMDB e, naturalmente é o Partido do Governador.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Não. Não estou dizendo que Vossa Excelência não tem o direito.

O Sr. Ferrari Júnior - Não. Dá a entender que não tem o direito, mas não é bem assim, Deputado, não é bem assim, porque veja bem, eu também votei no Governador Álvaro Dias, como por exemplo mais da metade da população do Paraná. Então o Governador Álvaro Dias não enganou só a mim, não. Só o Deputado Nereu que também votou nele. Só o Deputado Vasconcellos, José Rogério, Raul Lopes e tantos outros. Ele enganou a todo o Estado do Paraná com uma administração horrível e nós tivemos que sair das garras do Governador e do próprio PMDB, embora eu reconheça que o PMDB exista muita gente séria e digna, inclusive nesta Bancada do PMDB na Assembléia Legislativa. Colegas sérios e dignos. Contudo nós não poderíamos mais continuar, Deputado Dirceu Manfrinato, assistindo à Polícia do Governador agredir a professores, a funcionários públicos e ficarmos aqui como Vossa Excelência batendo palmas para ele. Se continuar gente como Vossa Excelência aplaudindo os desmandos do Governador ele continuará a perseguir professores sérios e honestos e funcionários públicos sérios e honestos. E digo mais, um dia desses um Deputado desta Casa esteve em audiência com o Governador, levou lá ...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O Sr. Ferrari Júnior - Não seja indelicado, eu estou num aparte ...

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Vossa Excelência está em questão de ordem.

O Sr. Ferrari Júnior - Eu estou num aparte com o Deputado Dirceu que me concedeu um aparte. Um dia desses um Deputado desta Casa esteve em audiência com o Governador Álvaro Dias. O Governador depois de dizer um monte de besteiras a ele, quase agredilo com palavras violentas, disse que esta Assembléia é formada por 54 Deputados de-

magos, inclusive Vossa Excelência que tanto defende o Governador.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, gostaria de concluir se Vossa Excelência me permitir.

Deputado Ferrari, de 54 Deputados que existem nesta Casa, já citei, 51 Senhores Deputados e 3 Senhoras Deputadas. Em cada cabeça existe uma sentença. Agora, eu gostaria de dizer a Vossa Excelência, Vossa Excelência coloca isso que o Governador disse e que me incluiu. Agora eu gostaria que Vossa Excelência entendesse de que eu para chegar à Assembléia Legislativa do Paraná, eu vim através de luta. Eu não procurei o momento dos ventos favoráveis para beneficiar da vida pública. Eu sempre tive esta linha de conduta e terei no Parlamento. E pelo fato do Governador ter dito, como Vossa Excelência está dizendo, eu quero reafirmar a Vossa Excelência de que eu sou Vice-Líder do Governo e estou ao lado dos professores. Eu não estou contra. Vossa Excelência tenta me jogar contra os professores. Na verdade eu não estou contra.

O Sr. Ferrari Júnior - Então Vossa Excelência está contra o Governador?

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Não estou. Eu vou concluir. E veja bem Vossa Excelência. (vozes paralelas) e ainda eu não estou preocupado, Deputado Ferrari Júnior, se os professores analisam se eu estou a favor ou não, porque eu não utilizo de artifícios de demagogia. Eu tenho postura...

Sr. Ferrari Júnior - Mas o Governador diz que sim.  
(vozes paralelas).

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu mantereiresta lealdade junto ao Governo, porque todos se esquecem, como Vossa Excelência se esquece, que quando o Governador assumiu foi um Governo de austeridade e continua sendo e Vossa Excelência sabe disto.

O Sr. Ferrari Júnior - Ah! isto não é verdade. Ah, não é assim. (vozes paralelas)

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Existe austeridade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o prazo de Vossa Excelência.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PAULO FURIATTI - (Para encaminhar)

Senhor Presidente, nós não podemos ...

O Sr. José Rogério - Senhor Presidente, pela ordem, artigo 98.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência está citando o artigo do Deputado Gabriel Manoel. Vossa Excelência fala pela ordem.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - (Pela ordem) Senhor Presidente, nós entendemos que o Regimento deve ser respeitado, e no art. 156 diz que na 2.<sup>a</sup> discussão, onde tenham falado três oradores sobre o assunto, cuja discussão se pretende encerrar. E eu peço o encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Após o Deputado Furiatti que nós devemos de ouvir.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Estas matérias - e nós estamos aqui como ratos na toca que fica ali o gato de um lado e o porrete do outro.

A questão é a seguinte: neste momento em que se estabelece uma campanha nacional de desconfiança generalizada de tudo e de todos, todos nós em determinados momentos raciocinamos. Mas, tem coisas que eu sou a favor, e tem coisas que eu não sou a favor, mas quando a coisa está generalizada na opinião pública, a tendência é de que a discussão fique mais branda e que os assuntos de interesse público também não sejam discutidos com preocupações e desgastes políticos. Nós temos a obrigação de diferenciar medidas demagógicas, de medidas de interesse público porque senão nós seremos coniventes da História com algo que está ocorrendo neste País no sentido de desviar a atenção da opinião pública para os verdadeiros assuntos de interesse nacional. Desde que começou esta onda neste País, em que bastavam medidas administrativas, não se discute mais a reforma agrária, não se discute mais o sistema de saúde, não se discute mais o sistema da educação, não se discute mais a questão da dívida externa, não se discute mais a desnacionalização a que estamos submetidos: discute-se sim quando é o problema dos professores, tentam colocar o problema da educação como uma birra dos professores e aí especificar a coisa como se fosse uma questão de categoria profissional. Discute-se a questão da saúde e o Presidente vai nos hospitais, mas não vai analisar com profundidade o sistema de saúde porque está aí, mas vai condenar os médicos. Quando se discute a questão política, não se discute a nascente democracia de 8 anos, mas se responsabiliza o Parlamento,

sobretudo.

Criou-se um processo de desconfiança entre pessoas, e isto é muito característico da reação da direita. Esta é a questão fundamental, porque nós todos sabemos do reacionário que diz no seu ouvido quando vê um miserável na rua: ele está ali porque não trabalha, porque ele não trabalhou como eu ou você; o miserável às vezes distante dizendo: aquele tem carro porque roubou. E cria-se um clima de instabilidade, e as pessoas se julgam em que o trabalhador é discriminado pelo patrão, o patrão discrimina o trabalhador; as pessoas às vezes, o funcionário público, diz que os políticos são corruptos; o patrão diz que funcionário público é marajá, os médicos são assassinos. E nós estamos entrando numa discussão de níveis de categorias pessoais e estamos esquecendo o fundamental.

Digam-me até agora: qual foi a medida concreta de solução dos problemas sociais deste País? Qual foi o anúncio do Ministro da Saúde e sobre a avaliação da situação podre em que se encontra a saúde? Não. Foi visitar um hospital, demagogicamente aparelhado pelos meios de comunicação, mas não foi verificar a fundo a razão principal por que nos encontramos. E as pessoas entram na catarse porque o cidadão que olha e vê o Governo vendendo avião - como diz o Nereu - imagina: mas eu nunca terei um avião. Portanto, venda o seu avião. E fica a discussão na venda do avião, do automóvel, quando na realidade a discussão teria que saber por quê aquele avião existe, para que está sendo usado e quem o está usando.

Esta é a questão fundamental: enquanto a população fica na catarse de ver toda a "mise-en-scène" pronta, ela está esquecendo de quem dirige a máquina são homens e que, fundamentalmente, na democracia quem elege estes homens é ela mesma.

Imagina-se que se destruindo um automóvel a situação se resolve, quando na verdade devia se questionar quem está usando de forma irregular aquele automóvel. Se querem moralizar, então façam um projeto de lei aqui dizendo que nenhum homem público pode viajar de avião às custas do dinheiro do povo. Aí passarei a entender o projeto. Mas, sabe por que não o fazem? Porque sabem que para administrar um Governo há necessidade de locomoção.

O Governo do Estado é muito mais importante que um banco. Banco particular. E por que um banco tem avião? Para que as pessoas se locomovam. Se este não está sendo o uso correto, mudem-se as pessoas. Discutam-se com as pessoas. Entreguem-se as pessoas. Mas, não destruam com discurso chocho, morto, miseravelmente morto, para que tenhamos uma máquina estatal fraca, de



joelhos e aí a iniciativa privada com o discurso da reação, vem com seus "lobbies" e dá um carro para cada Deputado, que anda com chapa amarela, que anda com carro particular e nós, aqui, todo o mundo aplaudindo e os empreiteiros tomando conta do Parlamento.

Não dêem condições! Abra-se a discussão perante a opinião pública!

Dá nojo ver o que está ocorrendo, começa agora na "Globo" em rede nacional a campanha contra médicos. Você que é médico, que julga generalizadamente, amanhã um homem honrado sai à rua mas ficará com vergonha da sua profissão!

Portanto, é hora de correremos riscos, porque é pelo Parlamento que a Política vai até o povo e temos que mudar métodos! Temos que ser transparentes! Temos que ir ao povo! Não podemos mais ficar naquele negócio que "quanto mais mexe, mais fede". Se for para feder, vamos mexer.

Um Secretário de Estado ganha cem mil cruzeiros. E as pessoas anunciam aí que um Secretário ganha cem. Um Deputado recebe na sua conta 452 mil cruzeiros líquidos. Quando um Deputado vai a Londrina, quem paga a gasolina, quem paga o almoço, o hotel, o telefone? As pessoas pensam que a Assembléia paga. Isto sai dos recursos que entram na conta. Agora quando um Secretário vai a Brasília trabalhar, Londrina, Maringá, Umuarama, fica no hotel, almoço, paga a conta, quem paga a conta? É o Estado.

O Sr. Ferrari Júnior - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PAULO FURIATTI - Então meus companheiros, para concluir, até porque acho que a questão de aparte fica vedada pelo Regimento e eu não quero me alongar mais, precisamos assumir as nossas falhas. Se for o caso, pedir desculpas pelas falhas, mas não servirmos de instrumento para que o desvio dos assuntos fundamentais do Estado e do País fiquem nesta situação. Porque amanhã você vai pedir desculpa de ter trabalhado pelo bem público.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Para encaminhar) -

Apenas, rapidamente, para não tomar mais o tempo, como no encaminhamento de votação não são permitidos apartes regimentalmente, quero fazê-lo agora para um elogio ao posicionamento do nobre Deputado Paulo Furiatti.

Foi o discurso mais sensato que esta Casa escutou hoje. Porque o que está existindo é uma onda de falso moralismo.

Agora há pouco eu escutei um Deputado dizendo que queria apresentar uma emenda determinando a venda dos automóveis do Po-

der Legislativo. Não seria muito melhor este Deputado nunca ter usado indevidamente o carro do Poder Legislativo? Entretanto, como devolveu o carro há quinze dias, agora é vestal. Passa a ser uma vestal.

Acho que esta emenda do Deputado Ferrari Júnior é uma excrescência, Senhor Presidente.

Porque não podemos deixar um Poder descalço. Não podemos tirar os meios de locomoção de nossas autoridades. O que falou o Deputado Paulo Furiatti é a pura e crua realidade. A questão trata-se não de ter o veículo, mas de ter determinado o seu uso adequado na defesa da causa pública.

Como podemos permitir a venda de uma aeronave do Estado a preços vis e amanhã no caso de uma calamidade pública, o Estado ter que locar de uma companhia particular meios de locomoção? Ou então valer-se de um empreiteiro que não dá nada de presente a ninguém. Ele vai cobrar, e cobrar muito mais do contribuinte pelo favor eventualmente prestado.

Voto contra a emenda do Deputado Ferrari Júnior e quero parabenizar a sensatez, o oportunismo e o brilhantismo com que o Deputado Paulo Furiatti encaminhou a votação.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Pela Ordem, Senhor Presidente, só a título de esclarecimento de minha posição a respeito da venda das aeronaves.

Quero esclarecer aos Senhores Deputados e esta Mesa Diretora, que o avião que se fala na venda foi gasto no ano passado em torno de 400 mil dólares para fazer a revitalização total daquela aeronave.

Esta aeronave voou aproximadamente duas ou três mil horas. Ela tem mais de cinco vezes a sua vida útil ainda pela frente.

Se o Governo do Estado vender esta aeronave hoje no preço de mercado, em torno de 400, 500 mil dólares, o Governo estará dando de graça, estará jogando fora aquilo que aplicou numa aeronave revitalizando por completo.

Portanto, vejam bem o que estão fazendo! Vender patrimônio do Estado muitas vezes não é a razão da moralidade. Vamos conservar aquilo que custou sacrifício ao povo do Paraná, aos cofres do Governo.

Esta é a minha posição.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela Ordem. Apenas quero parabenizar o Deputado Paulo Furiatti, grande líder no Paraná, filiado ao PDT.

E gostaria de registrar a minha posição quanto a alguns Deputados que criticam o uso do carro oficial da Assembléia Le-

gislative do Estado. Quero dizer a Vossa Excelência que é muito mais elegante, é muito mais honesto, muito mais sério, viajamos para o Interior, ou até menos, atender aqui os companheiros do Interior, os Prefeitos, os Vereadores, os professores, quantos professores que vêm a Curitiba fazer perícias e que eu mando ao IPE, na Secretaria de Administração no meu carro oficial, acho muito mais digno andar com carro oficial da Assembléia Legislativa do Estado e assumir esta responsabilidade, do que assumir responsabilidade com empreiteiras, ficar amarrado, utilizando mordomias de empreiteiras, para votar nesta Casa interesse de empreiteiros.

Assumo esta responsabilidade do carro que tenho direito para utilizar, para atender os doentes e para aqueles que me procuram em meu gabinete.

Quero parabenizar o Deputado Furiatti. E Vossa Excelência Deputado Nereu Massignan que temos o hábito de acusar e dizer o nome, Vossa Excelência que critica tanto isto, utilizou durante três anos um carro da Assembléia Legislativa do Estado, depois que bateu o carro varias vezes e fundiu o motor, Vossa Excelência entregou o carro para o Presidente da Assembléia.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Pela Ordem, Senhor Presidente, quero me referir ao Deputado Erondy Silvério que falou sobre mim há poucos instantes e que estou vendo que está saindo, e até uma questão de indelicadeza...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Preciso atender o telefone.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Tudo bem, só que é uma questão de indelicadeza com sua ausência, mas o Deputado Erondy Silvério presta mais um favor a esta Casa. Ele diz que o projeto por exemplo do Deputado Nereu, que propõe a venda de autos, é demagógico. O meu que propõe venda de aviões, é um projeto demagógico. O Governador Álvaro Dias chamou, perante um Parlamentar desta Casa, os Deputados de demagogos.

Muito bem, o Governador Álvaro Dias está fazendo exatamente o que nós estamos propondo. Ele está propondo venda de dois aviões e já está vendendo, leiloando, carros do Governo do Estado. Isto também é demagogia; logo, o Deputado Erondy chamou o Governador Álvaro Dias de demagogo. Respondeu aquilo... Respondeu, respondeu!

Como Álvaro Dias chamou a Assembléia e os Senhores Deputados de demagogos e o Senhor Álvaro Dias também está vendendo automóveis, leiloando automóveis, também é demagogo. Agora nós ficamos quites com o Governador!

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Deputado Dirceu Manfrinato, Vossa Excelência assume uma postura de Catão - o homem mais puro da Assembléia. Vem, cita o meu nome, aponta os meus defeitos...

O SR. DIRCEU MANFRINATO -... que não são poucos...

(vozes paralelas).

Permita-me responder, nobre Deputado. Ouvi Vossa Excelência com toda a atenção e com todo o respeito.

Aponta os meus defeitos que não são poucos e se justifica perante a sociedade, mas não se justifica perante o seu patrão Álvaro Dias.

Vossa Excelência é o grande defensor do Governador Álvaro Dias, nesta Assembléia.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Perfeitamente! Assumo esta responsabilidade.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - O termo lealdade para Vossa Excelência chega às raias do sabugismo. E agora se coloca na postura de censor.

Vossa Excelência está censurando o próprio Governador que está adotando posições idênticas às da Assembléia Legislativa.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu gostaria que Vossa Excelência explicasse o caso do carro de Vossa Excelência.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu vou explicar.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência está desvirtuando a acusação que fiz de Vossa Excelência.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu vou explicar a Vossa Excelência. Vossa Excelência não quer que eu fale em relação a Álvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Faz soar os tímpanos).

A Mesa solicita aos Senhores Deputados que se atenham à Emenda Aditiva para que possamos votar. Se formos desvirtuar a votação iremos ter problemas.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Estou dentro do assunto, Senhor Presidente. E peço à Mesa que me garanta a palavra.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Vou conceder que o Deputado fale, mesmo porque não estou preocupado com as acusações do Deputado Nereu Carlos Massignan

uma vez que ele não teria nem o direito de ir mais à tribuna, porque já tinha encerrado o prazo de se discutir a matéria.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Vossa Excelência teve o direito à vontade nesta Assembléia hoje, nobre Deputado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Discuti regimentalmente. Mas, respeito o Presidente, Deputado Anibal Khury, pela posição democrática e aceitarei a acusação de Vossa Excelência. Mas, Vossa Excelência não está falando do carro que Vossa Excelência estragou.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra Sua Excelência o Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Além da postura de Catão se transforma também no censor - duas qualidades de Vossa Excelência.

Mas, Vossa Excelência me cobra comportamento coerente; que hoje estou na iniciativa de regulamentar o uso de carros oficiais no Executivo e no Legislativo, que eu usei carro. É verdade. E eu sou incoerente? O Governador Álvaro Dias também é incoerente. Usou a mansão oficial três anos e meio, desocupa a casa para ser candidato ao Senado, se arrepende, fica no Governo e propõe a venda da mansão. Então nesses aspectos estamos iguais com o Governador Álvaro Dias.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência está se comparando com o Governador Álvaro Dias?

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu usei o veículo. Ele usou a mansão. Estamos iguais, nobre companheiro. Vossa Excelência então não pode me criticar sozinho. Seja coerente! Seja o censor do comportamento e das autoridades que têm mandato de Legislativo e Executivo e censure o Governador Álvaro Dias, que não teve comportamento coerente.

Usou a mansão três anos e meio e agora propõe a venda.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência está usando uma válvula de escape.

Vossa Excelência está apresentando um Projeto dos carros oficiais da Assembléia. Não tem nada a ver com o Governador Álvaro Dias, Deputado.

Assuma a responsabilidade. Vossa Excelência usou o carro oficial três anos, bateu, fundiu o motor, depois entregou para dar uma de moralista neste Poder Legislativo. Que moralismo é este? Vossa Excelência não deveria ter pego no começo, e não

hoje querer fazer média com as galerias cheias e querer desmoralizar os demais Deputados que trabalham nesta Casa.

Quero ver a partir do dia 8 de outubro de 1990, se Vossa Excelência vai ter a honra de discutir comigo neste Parlamento, porque eu volto para cá, Deputado, porque não usei de demagogia aqui, e o povo sabe analisar, que tem que ter as galerias cheias para ser atingido por confetes, aplausos.

Não aceito essas demagogias. Seja sincero com o povo que elegeu Vossa Excelência. Não venha aqui trazer inverdades se Vossa Excelência se considera Deputado de um único mandato, Vossa Excelência, respeite os demais Deputados que trabalham neste Parlamento.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Claro, Vossa Excelência quer voltar para cá para manter mordomias de carro oficial, para receber verba, para ser incoerente em relação ao Governador Álvaro Dias, porque Vossa Excelência não me respondeu ainda, porque é que o Governador usou a mansão, durante três anos e meio...

(Tumulto no Plenário)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Faz soar os tímpanos).

Vossa Excelência tem a palavra, Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Vossa Excelência é um destemperado, nobre Deputado, explique a postura do seu chefe, explique porque é que Álvaro Dias não é candidato a Senador, era o medo da derrota, ele ia levar Vossa Excelência à derrota junto com ele. Explique aos professores, a sua posição, nobre Deputado. Se eu voltar para cá ou não voltar é problema meu. Se é a nós que vai julgar nobre Deputado, me permita prosseguir eu exijo que a Mesa me garanta a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A palavra está com Vossa Excelência e a Mesa solicita que só apartêem o orador quando ele conceder o aparte.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - E quero dizer mais...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu com toda a humildade eu vou me inscrever ao aparte a Vossa Excelência.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Vossa Excelência não foi elegante comigo e não merece aparte...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu estou sendo

elegante, eu não admito Vossa Excelência acusar os Deputados que querem ser eleitos para gozar da mordomia do Parlamento...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Vossa Excelência é mal educado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência atingiu todos os Deputados.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Vossa Excelência se transforma agora no advogado de Deputados.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência atingiu todos os Deputados.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Levante a mão quem foi atingido...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A sessão está suspensa por cinco minutos.

Esta reaberta a sessão.

Em votação a emenda do Deputado Ferrari Júnior.

Aprovada.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) - Eu quero apenas responder o Deputado Dirceu Manfrinato o seguinte: em matéria de julgamento do povo, ele foi julgado quando foi candidato a Prefeito em Cianorte, voltou à Assembléia derrotado...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa está em votação.

Srs. Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão. Que aprovam a emenda...

Vou submeter à verificação de votação emenda do Deputado Ferrari Júnior.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Podia por obséquio fazer a leitura, que é tanta confusão, nós não sabemos nem o que estamos votando.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em homenagem a Vossa Excelência nós vamos proceder à leitura outra vez.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Lê a Emenda) - "Inclua-se onde couber. Fica autorizada ainda..."

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados que aprovam a emenda, no processo de verificação de votação, queiram levantar-se.

O SR. EDUARDO BAGGIO - (Pela Ordem) - Para esclarecer a nossa posição, nós votaremos favoravelmente e trataremos amanhã uma Emenda Substitutiva a esta emenda do Deputado Ferrari Júnior, onde iremos alte-

Curitiba, quarta, em 09.05.90

rar a venda das posições das aeronaves e da residência oficial do Sr. Governador.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vamos votar com tranqüilidade, depois Vossas Excelências poderão falar, no encaminhamento de votação. Nós estamos agora na verificação de votação.

24 Srs. Deputados aprovam a emenda.

Srs. Deputados que rejeitam a emenda queiram levantar-se.

15 Srs. Deputados rejeitam a emenda.

APROVADA a emenda.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR (Para justificar)

- Eu quero justificar que voto contra a emenda em virtude do Sr. Governador Álvaro Dias estar mandando a Reforma Administrativa e a Reforma Administrativa vai contemplar todas estas preocupações que a Bancada da Oposição está tendo, nesta tarde.

Obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Para justificar)

- Sr. Presidente, serei o mais rápido possível. Eu não acredito que com a venda de casa, mansão, alguns aviões, alguns automóveis, não acredito que vai resolver o problema seriíssimo do Paraná.

O Paraná precisa acertar esta Economia o mais rápido possível e nós empatamos folha de pagamento com receita estadual. Estamos falando disso há 10 anos! Mas, é muito mais sério que isso, mas o meu voto, agora, Sr. Presidente, estou votando com a Emenda do Deputado porque estou votando também com a Proposta do Sr. Governador, artigo 5º, na Proposta que ele faz, agora que me chega às mãos, propondo a venda de duas aeronaves. Mas, com isso não se chega a nada, um avião a mais ou a menos, uma casinha a mais ou a menos.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para justificar) -

Quero esclarecer que eu votei com a emenda do Deputado Ferrari, mas amanhã entrarei com uma emenda concordando com a venda de duas aeronaves e que o produto desta venda seja para comprar helicóptero para a Segurança Pública do Estado do Paraná.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 272/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera o inciso I do artigo 9º da Lei nº 8.933/89, e acrescenta o inciso III e § 1º ao artigo 10. (ICMS) Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, há várias emendas de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01

Acrescente-se ao Projeto de Lei nº 272/89 o seguinte ARTIGO:

"Art. - O artigo 23 da Lei n° 8.933/89 passa a ter acrescido o seguinte parágrafo:

§ 2° - São isentos do pagamento do ICMS sobre energia elétrica, os consumidores residenciais, detentores de uma só conta, cuja média mensal de consumo não ultrapasse a 150 (cento e cinquenta) Kwh".

Sala das Sessões, em 09.05.90

(a) PEDRO TONELLI.

Apoiamto: Nereu Carlos Massignan, José Rogério Carvalho, Ferrari Júnior e 1 ilegível.

#### JUSTIFICATIVA:

A energia elétrica é um bem essencial à vida dos cidadãos. Seus hábitos alimentares e de lazer, além dos utensílios e equipamentos domésticos invariavelmente dependem do uso da energia elétrica.

Por outro lado, os consumidores de baixa renda, aqueles que não possuem equipamentos supérfluos já são por demais penalizados. Cabe ao Estado minorar este sofrimento. E, uma das formas é descarregar a carga tributária que sobre ele diretamente é imposta, pois, como todos os consumidores, ele já paga todos os impostos indiretos que recaem sobre os produtos que consome.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 02

Acrescente-se ao Projeto de Lei n° 272/89 o seguinte artigo:

"Art. - Fica suprimido do inciso I, do artigo 23, da Lei n° 8.933/89 o item: "energia elétrica".

Sala das Sessões, em 09.05.90

(a) PEDRO TONELLI.

Apoiamto: José Rogério Carvalho, Nereu Carlos Massignan, Ferrari Júnior e 1 ilegível.

#### JUSTIFICATIVA:

A essencialidade da energia elétrica para a vida dos cidadãos é evidente. Hoje o seu uso é condição para uma vida digna, higiênica e saudável.

Não pode o Estado, pela ânsia insaciável de arrecadar, considerá-la com um bem supérfluo ou desnecessário. Em hipótese alguma a energia pode ser comparada, para efeito de tributação, ao fumo, às bebidas alcoólicas, aos perfumes e cosméticos, aos automóveis importados ou às asas-delta, como faz a Lei 8933/89.

Com este procedimento o ICMS sobre energia corresponde a 25% do valor total da fatura.

Com a aprovação desta emenda a alíquota fica reduzida em 17% sobre a fatura. Ou seja, uma alíquota intermediária e mais justa.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 03

Acrescente ao Projeto de Lei n° 272/89, o seguinte artigo:

"Art. - Em consonância com o disposto no artigo 146, § 3° da Constituição do Estado do Paraná, ficam isentos do pagamento do ICMS as micro-empresas, assim definidas em lei".

Sala das Sessões, em 09.05.90

(a) PEDRO TONELLI

Apoiamto: Nereu Carlos Massignan, José Rogério Carvalho, Ferrari Júnior e 1 ilegível.

#### JUSTIFICATIVA:

Os milhares de microempresários paranaenses contribuem de forma inestimável com a economia e com a sociedade paranaense. Seja promovendo o comércio de mercadorias, produzindo e comercializando bens ou serviços essenciais à população ou empregando paranaenses, integrando-os ao mercado de trabalho.

Mesmo não podendo dispensar tratamentos tributários diferenciados em função de crises econômicas, há que se considerar as dificuldades econômicas e pesar, proporcionalmente, muito mais do que às médias e grandes empresas.

O constituinte paranaense ao prever a possibilidade de isentar o microempresário do pagamento de determinados tributos o fez reconhecendo sua importância incomum para a economia e para a sociedade.

Agora é a hora de resgatar um direito já conquistado, mas subtraído anteriormente.

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE N° 04

Suprima-se o artigo 3° do Projeto de Lei n° 272/89.

Sala das Sessões, em 09.05.90

(a) PEDRO TONELLI.

Apoiamto: Nereu Carlos Massignan, José Rogério Carvalho, Ferrari Júnior e 1 ilegível.

#### JUSTIFICATIVA:

A classificação constante do artigo 23, inciso II, sobre o qual incide a alíquota de 25%, contempla os produtos supérfluos ou dispensáveis. Exatamente por isso alíquota é maior.

Os equipamentos de audio e vídeo, suas partes, acessórios e suportes, foram eleitos produtos daquela categoria. O legislador não cometeu qualquer disparate ao assim proceder. A bem da verdade estes produtos não são essenciais, ou tão importante a ponto de justificar redução de alíquota.

Além disso é evidente que a redução da alíquota de 25% para 17%, como quer o autor do projeto, não significará redução do preço final daqueles produtos para beneficiar os consumidores finais. A não ser que se queira beneficiar exatamente os intermediários na comercialização, a redução pretendida não poderá ser aprovada.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 05

Acrescente-se no art. 23, com a redação dada pelo art. 4°, item 4, ao Grupo II - B, como segue:

"Art. 4° - ...

Art. 23 - ...

III - Grupo B

.....

4 - máquinas e implementos agrícolas."

Sala das Sessões, em 09.05.90

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Apoiamto: Paulino José Delazeri, Basílio Zanusso, Nereu Carlos Massignan, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Tadeu Lúcio Machado e Haroldo Rodrigues Ferreira.

JUSTIFICATIVA:

Não constando do corpo da Lei n° 8.933/89, as máquinas e implementos agrícolas são taxados com a alíquota de 17%.

A redução de 5% ora proposta, poderá ser repassada ao agricultor.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 06

Acrescente-se mais um item no Grupo II, do art. 23 da Lei n° 8.933/89, modificada pelo art. 4° deste Projeto de Lei, como segue:

"Art. 4° - ...

Art. 23 - ...

II - Grupo B

...

- medicamentos."

Sala das Sessões, em 09.05.90

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Apoiamto: Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri, Basílio Zanusso, Tadeu Lúcio Machado, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues e Ferrari Júnior.

JUSTIFICATIVA:

Com as recentes altas, os preços dos medicamentos fazem com que muitos dos que necessitam comprá-los desistam de adquiri-los em prejuízo da própria saúde.

A redução da alíquota resultará num preço final mais acessível.

A presente alíquota vigorará até que tenhamos um atendimento médico-hospitalar mais eficiente.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO, DE N° 07

Substitua-se a redação proposta ao item 3, II-Grupo B, do art. 23 da Lei n° 8.933/89, pelo art. 4° deste Projeto de Lei, como segue:

"Art. 4° - ...

Art. 23 - ...

II - Grupo B

....

3 - massas alimentícias, pães, cuques e refeições industriais."

Sala das Sessões, em 09.05.90

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Apoiamto: Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri, Tadeu Lúcio Machado, Ba-

sílio Zanusso, Ezequias Losso, Ferrari Júnior e Haroldo Rodrigues Ferreira.

JUSTIFICATIVA:

Nossa emenda propõe a exclusão dos itens "biscoitos" e "bolo", os quais, a cada momento têm fabricação mais sofisticada, fugindo, mediante artifício de enfeites ou de ricas embalagens, ao poder aquisitivo dos menos favorecidos economicamente.

A inclusão do item massas alimentícias e cuques já satisfaz o intento do legislador.

Quando à manutenção do item "cuque", e supressão de "bolos", justificamos invocando Cândido de Figueiredo, que, em seu Dicionário da Língua Portuguesa, assim define o vocábulo:

"CUQUE, m. Bras. do Paraná. Certo bolo de farinha, ovos, manteiga e fermento, coberto com açúcar. cf. Raul Gomes, palavras. (do al. Kuchen, bolo)."

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 08

Dê-se ao inciso III, do art. 10, da Lei n° 8.933/89, dada pelo art. 2° deste Projeto de Lei, a seguinte redação:

"Art. 2° - ...

Art. 10 - ...

...

III - Os acréscimos financeiros cobrados nas vendas à prazo, a consumidor final, até o limite da variação mensal da BTN, acrescida de 1% (um por cento), não integram a base de cálculo do ICMS, quando destacados na nota fiscal."

Sala das Sessões, em 09.05.90

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Apoiamto: Haroldo Rodrigues Ferreira, Basílio Zanusso, Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri, Ezequias Losso, Ferrari Júnior e Tadeu Lúcio Machado.

JUSTIFICATIVA:

É sabido que os acréscimos financeiros estão sendo cobrados de maneira abusiva, embora exista uma limitação constitucional.

Essa limitação corresponde à variação do BTN, acrescida dos juros anuais até 12% (doze por cento).

Entendemos ser prudente a fixação desse limite, de maneira expressa na lei, pois, o objetivo primordial, de beneficiar os pequenos empresários poderá ser alcançado sem que haja lançamento de valores excessivos sob o título de "encargos financeiros".

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N° 09

Inclua-se no Grupo A, a que se refere o Artigo 29, "Acessórios para veículos automotores e assemelhados".

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(aa) PAULINO JOSÉ DELAZERI; JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO; NEREU CARLOS MASSIGNAN; HAROLDO RODRIGUES FERREIRA; 1 ilegível.

HAROLDO RODRIGUES FERREIRA;  
1 ilegível.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu consulto Vossa Excelência se sobre este mesmo Projeto não há mais emendas a serem votadas?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há uma emenda do Deputado Lauro Alcantara, mas por minha determinação foi anexada à Mensagem Governamental, porque representa "Ipsi's Litteris" a parte da venda dos imóveis da Mensagem Governamental, indêntico, até as vírgulas.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, se nós admitimos anexação no Projeto de qualquer emenda de Plenário, obviamente nós teremos que aceitar, porque ela está assinada regimentalmente como as demais, para serem votadas com apoio suficiente e tudo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado, eu gostaria, até nem fiz questão de mencionar esta emenda porque não queria ter o desprazer de dizer que esta emenda foi copiada da Mensagem Governamental.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Mas, não tem importância.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA (Pela Ordem) - Ela está assinada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A minha decisão está mantida.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA (Pela Ordem) - Esta emenda assinada Sr. Presidente, com apoiantes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Qual é o problema, ela foi xerocada da Mensagem Governamental. Eu não concordo com a emenda, porque é uma Mensagem do Governador e ela foi anexada na Mensagem do Governador.

O SR. FERRARI JÚNIO (Pela Ordem) - Vossa Excelência não concorda, e com muito razão Sr. Presidente, isto aqui não é brincadeira, o Deputado tirou um xerox da Mensagem do Governador e anexou aí. Quer dizer, não tem cabimento, o Deputado que faça a emenda, colha as assinaturas e vamos discutir e votar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A emenda não está sendo rejeitada, a emenda está apenas obedecendo o Regimento Interno; há uma Mensagem do Governador que diz respeito à mesma coisa. Vossa Excelência, Deputado Lauro Alcantara, meu prezado amigo, a quem eu admiro, apenas xerocou da Mensagem

Governamental esta parte e eu não vou admitir.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, mas a assinatura minha não é xerocada, a minha assinatura é real.

O SR. FERRARI JÚNIO (Pela Ordem) - Mas a emenda é xerocada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Se a assinatura de Vossa Excelência fosse xerocada, não seria a sua, seria a do Governador, e eu estou anexando a sua emenda à Mensagem Governamental.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA (Pela ordem) - Senhor Presidente, a emenda está assinada, com apoio de vários Senhores Deputados, rubricados em todas as páginas. Senhor Presidente, se ela é xerocada ou não, não vem ao caso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Isto é uma artimanha.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA (Pela ordem) - Isto não é artimanha Senhor Presidente, é uma emenda apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É uma artimanha que eu não admito.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA (Pela ordem) - O Senhor não está mantendo o espírito democrático que o Senhor sempre manteve nesta Casa, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O meu instinto democrático tem tolerância, quando se procura com artimanha usar de uma mensagem Governamental que está sendo examinada, porque ela inclusive contém artigos inconstitucionais, Vossa Excelência....

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA (Pela ordem) - Eu acho até que seria oportuno que se apreciasse esta emenda e mandasse para as comissões, inclusive para ver a inconstitucionalidade.

O SR. LINDOLFO JÚNIO (Pela ordem) - Senhor Presidente, o Partido Liberal se posiciona ao lado da Mesa Executiva da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nobre Deputado, eu confio em Vossa Excelência, na sua boa fé, na sua idoneidade; a emenda foi copiada, xerocada... (Conversas paralelas).

Como há uma Mensagem do Governador, que deve ser apreciada com muita simpatia pela Casa, essa emenda está sendo anexada;



e eu submeto ao Plenário a minha decisão.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela ordem) - Senhor Presidente, as demais emendas também fazem parte...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam a decisão da Mesa, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela ordem) - Senhor Presidente, mas daí não dá, nós temos feito força para fazer um trabalho, perdendo sempre, não é possível, a Assembleia, não vai se valorizar nada desse jeito.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela ordem) - Senhor Presidente, o que está em discussão é o Projeto de Lei nº 272/89 de autoria de V.Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Quantas emendas há, Senhor Presidente sobre o Projeto?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sete emendas.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - V.Exa. pode determinar a leitura de cada uma, e dizer, eu não entendi Senhor Presidente porque V.Exa. recusa a emenda apresentada pelo Líder da Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É matéria vencida nobre Deputado, V.Exa. está chovendo no molhado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Mas se V.Exa. se permitir informar-me como Deputado, como V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Se V.Exa. quiser vir verificar na Mesa que a emenda foi xerocada da Mensagem Governamental, está a sua disposição. Eu encaminho a V.Exa.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Mas, não altera em nada, se V.Exa. colocar em votação, nós vamos perder.

Mas pelo menos nós cumprimos o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Regimento Interno é matéria correlata igual a que está sendo encaminhada pelo Governador e vai ser decidida e anexada com a Mensagem do Governador.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu solicito a V.Exa. que anexe as outras emendas

também, que são do mesmo assunto, a venda de aeronave faz parte da reforma administrativa que foi mandada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Só que o Projeto do Deputado Ferrari antecede em muitos meses a Mensagem do Governador.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Tudo bem, então anexe o nosso ao dele.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA - Senhor Presidente eu me sinto discriminado.

Acho que o Senhor está usando de dois pesos e duas medidas Senhor Presidente, o Senhor foi tão democrático.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Se o Plenário decidiu não foi uma decisão de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vamos ver a discriminação do Deputado Lauro Lobo Alcantara, V.Exa. pode acusar a Mesa.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA - Senhor Presidente a partir do momento em que eu assinei ela deixa de ser um xerox, ela passa a ser original, então até acho que deverá ser derrotada em Plenário a emenda, mas não se ela pode ser anexada ao Projeto ou não, então submeta à votação da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. quer que seja submetida a Plenário a emenda sua?

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA - Eu gostaria Senhor Presidente, seria democrático.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu vou submeter a votos a emenda, agora, quero alertar V.Exa. que a matéria só poderá ser apreciada novamente por esta Assembleia quando tiver 28 assinaturas, porque é matéria vencida.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA - Eu gostaria que a emenda fosse apreciada como todas as outras foram.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Eu me inscrevo para encaminhar rapidamente essa emenda, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mensagem do Governador encaminhada a esta Casa, dita reforma administrativa na parte que se refere a emenda do Deputado Lauro Lobo Alcantara é "ipses literis", igual-nha, a vírgula, o ponto, todo igualzinho. Até louvo a inteligência e a habilidade de V.Exa., só que tem gente mais sabida aqui na Mesa.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Eu indago se V.Exa. vai apreciar a emenda do Deputado Lauro ou se vai manter a decisão do Plenário. Eu acho que o Plenário já tomou uma decisão de não discutir. Então, Senhor Presidente, o Senhor me desculpe, mas agora foge da alçada de V.Exa., porque o Plenário decidiu não apreciar essa emenda que é absurda, V.Exa. já chamou a atenção do autor.

O SR. CAÍTO QUINTANA - É absurda no seu conceito.  
(Conversas paralelas).

O SR. FERRARI JÚNIOR - Quando for discutir a Mensagem do Governador. Tem mais, eu acho que esta Assembléia especialmente as Bancadas de Oposição deram uma demonstração de maturidade. Eu apresentei o projeto, houve discussão...

O SR. CAÍTO QUINTANA - O seu projeto vem da Ilha das Cobras, é demonstração da sua inteligência mesmo.

O SR. FERRARI JÚNIOR - ...Não, da sua "burrice", Deputado. O Deputado Algaci Túlio apresentou um substitutivo, outros Deputados fizeram emendas, já estão anunciando para amanhã. É assim que funciona uma Assembléia. Não é sim para o senhor ficar "puxando o saco" do chefe aqui não; funciona debatendo e discutindo.

Agora, Vossa Excelência colocou à disposição do Plenário e, hoje, as oposições, com maioria nesta Casa, decidiram que não vão discutir esta matéria. Então, cabe a Vossa Excelência cumprir a decisão do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa no seu estilo democrático vai submeter à decisão do Plenário se nós devemos votar esta emenda hoje ou não.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA - Senhor Presidente, pela ordem.  
(Assentimento).

Eu, conversando com meus Pares, tendo em vista a pouca vontade no sentido de encaminhar a votação dessa emenda, eu retiro a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência deve agradecer o assessoramento do experiente Deputado Erondy Silvério.

Está retirada a emenda.

Projeto 272 - Emenda do Deputado Pedro Tonelli será lida pelo Senhor 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Emenda do Deputado Pedro Tonelli.

li.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para encaminhar rapidamente, Senhor Presidente.  
(Assentimento).

Senhor Presidente, apenas para trazer à baila novamente o número já citado desta tribuna. Veja Vossa Excelência e eu conclamo, principalmente para esta análise junto conosco a Bancada do PSDB. O Governador José Richa, quando na época se anunciava o maior trabalho de eletrificação rural e urbano feito na América do Sul; em quatro anos de Governo fez cento e vinte mil ligações de clic rural. Esta Emenda do Deputado Pedro Tonelli, por cálculo solicitado na COPEL, só esta Emenda está isentando de pagamento de conta de luz oitocentas e quarenta mil ligações no Paraná com quebra de setenta e nove milhões por mês para o caixa da COPEL; uma entidade que não é do Governo, uma entidade que é do Paraná, que é orgulho nacional e que, dentro de pouco tempo, se continuar essa sangria de sua possibilidade ela não terá condições sequer de se manter, vindo o Paraná não oferecer energia elétrica para o processo de desenvolvimento do nosso Estado.

Eu peço vênica aos Senhores Parlamentares, que votemos contra a emenda para não acabarmos com uma das instituições mais sólidas do Estado do Paraná, que é a COPEL.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar, Senhor Presidente.  
(Assentimento).

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nós temos votado contrário a estas propostas que modificam a lei do ICMS porque todos os Senhores Deputados sabem que a lei atualmente vigente, mesmo contando alguns erros, foi fruto de um amplo entendimento, onde se envolveu os diversos segmentos da sociedade paranaense, desde a produção, a industrialização, a comercialização, os prestadores de serviço das mais diferentes ordens e grandezas.

É uma lei que, evidentemente, tem os seus defeitos, mas é fruto do equilíbrio que resultou das discussões nesta Casa, realizadas no início do ano passado.

Por esta razão, nós votaremos contra esta emenda e este projeto e pelas razões já anunciadas pelo Deputado Caíto Quintana e também porque temos entendimentos com estes mesmos setores de oportunamente fazermos uma reunião, um fórum para avaliarmos em sua plenitude a lei e não este ou aquele caso individualizados, que vêm, realmente, prejudicando a qualidade da lei no conjunto mais amplo.

Muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, para encaminhar.  
(Assentimento).

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Ninguém pode ser contra o Paraná. Nós temos o dever de fazer oposição ao Governo do Paraná, mas não oposição ao Paraná.

De maneira que esta emenda, se inviabiliza a COPEL, merece a reprovação dos Deputados e eu falo isto em nome dos meus colegas da Bancada do PDT que temos tido posição de Oposição sempre ao Governo do Paraná e aos seus maus atos, mas jamais ao Estado nesta Assembléia. Nós vamos votar contra essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam a emenda conservem-se como estão. REJEITADA.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela ordem) - Apenas para orientar também a Bancada do PSDB e firmar nossa posição, nós concordamos com as preocupações do ilustre Deputado Caíto Quintana. Entretanto, gostaríamos que o ilustre Deputado que foi tão solícito e tão preocupado em saber, em colher os dados junto à COPEL de quanto representa isto para a COPEL, que viesse a esta Casa também uma informação de quanto representa a isenção de 50% no consumo de energia elétrica para todas as emissoras de rádio do Estado do Paraná, conforme convênio assinado no Palácio Iguazu entre o Governo e as referidas emissoras. Apenas para informação desta Casa.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, eu voto favorável ao Projeto do Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foi rejeitada a emenda.

Outra emenda do Deputado Pedro Tonelli - (Lê emenda).

Senhores Deputados que aprovam a emenda queiram conservar-se como estão. REJEITADA.

Outra emenda do Deputado Pedro Tonelli. (Lê emenda).

Deputados que aprovam a emenda conservem-se como estão. REJEITADA.

Outra emenda: (Lê).

Emenda do Deputado José Rogério de Carvalho (Lê).

Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão. APROVADA.

Outra emenda (Lê).

Deputados que aprovam conservem-se como estão. APROVADA.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Justificativa de Voto) - Nós entendemos, Senhor Presidente, e a Bancada do PMDB vota por isso e eu me valho do próprio pronunciamento do De-

putado Paulo Furiatti na tribuna. Nós estamos sangrando a economia do Estado do Paraná na isenção do ICMS para venda agrícola, sem atacarmos como sempre se faz nesta Nação o grande problema da agricultura brasileira. O agricultor brasileiro não está falido, e em dificuldades, por causa do ICM na máquina agrícola, até porque a grande maioria do pequeno agricultor brasileiro não tem máquina agrícola. O problema da agricultura está no preço mínimo, no custeio de safra, no preço dos custos de produção e não no ICM agrícola. No instante que isentamos o ICM da máquina agrícola, tiramos do Estado o seu poder de arrecadação e não vamos solucionar em absoluto, o problema da agricultura.

Por esta razão é que a Bancada do PMDB se manifesta contrária.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Emenda do Deputado José Rogério de Carvalho.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Para encaminhar)

Parece-me, Sr. Presidente, que esta emenda amplia a isenção a massas, biscoitos, bolos, "cookies". Já demos para automóveis, agora estamos dando para equipamentos agrícolas e estamos votando isenção de ICMS para medicamentos.

Daqui há pouco o Paraná não terá recursos e aí, Sr. Presidente, é que me pergunto: no instante em que estamos num impasse devido à dificuldade de receita com o custeio da máquina e quando se busca solução para isso, nós aqui na Casa continuamos sangrando e sangrando a economia do Estado no ICMS. Nós gostaríamos que o Deputado José Rogério Carvalho retirasse a emenda ou analisássemos melhor a emenda, ver o quanto representa de perda de ICMS para o Paraná as isenções que estamos propondo.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu vou falar sobre esta emenda que discorre sobre o art. 23 do Grupo B das massas alimentícias, biscoitos, "cookies", pães e três refeições industriais.

No projeto de Vossa Excelência, contém bolos e biscoitos, e nós estamos fazendo uma emenda para suprimi-los, porque entendemos que é um produto consumido por uma classe de maior renda, com possibilidade de pagar maior tributo para que possamos então isentar ou então reduzir a alíquota no peso do custo final do pão do trabalhador.

Dessa forma, tiramos 17% dos "cookies", do bolo, o "cookie" é um produto genuinamente paranaense, que é mais de casas de família, de pequenas indústrias artesanais, e vamos deixar de tributar en-

tão massas alimentícias e refeições industriais e "cookie", reduzindo de 17 para 12%.

Essa diferença nós vamos dar ao consumidor para que ele tenha mais acesso ao alimento. Então, ela tem um sentido justo, não reduz em nada a receita deste Estado. Pelo contrário, a emenda de nossa autoria, aumenta inclusive a receita tributária de 17 para 25%. Com uma emenda na categoria supérfluos. De forma que o objetivo dessas emendas é tornar mais justo o acesso do consumidor de baixa renda aos produtos populares.

O SR. SABINO CAMPOS (Para encaminhar) - Sr. Presidente, com relação à emenda que o nobre Deputado fala, que é para vir de encontro às camadas mais pobres da população, eu pergunto se o pão não chega mais próximo ao consumidor necessitado que as massas e os "cookies", que seriam de uma camada mais elevada da população.

Eu digo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que façamos uma análise da produção de trigo no Estado do Paraná, que corresponde a mais de 50% da produção nacional, 55% na última safra, o que corresponde a três milhões e 500 mil toneladas. Faça-se o cálculo em cruzeiros e, se partirmos para a isenção, estaremos acabando com as finanças do Estado, e depois não venham os Srs. Deputados aqui votarem demagogicamente aumento do funcionalismo, quando o Estado não tem caixa e depois vêm aqui dizer que o Estado tem caixa, sim, mas isentam violentamente. Isentando três milhões e meio de toneladas do produto de trigo a 17%, faça-se o cálculo, Sr. Presidente, dá aproximadamente 510 mil toneladas de trigo que, a 200 dólares a tonelada, faça-se o cálculo, quanto vai dar isso? Mais de 100 milhões de dólares, que daria para pagar por um mês os salários do funcionalismo. Vamos ser sérios, vamos fazer coisas sérias, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Vamos estudar seriamente as emendas e os votos demagógicos que se fazem aqui, por muitos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Emenda.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - (Pela ordem) Sr. Presidente, eu queria dizer que Sua Excelência o Deputado Sabino Campos talvez não tenha estudado com profundidade a questão do ICMS nesta Casa.

E nós temos nos detido a tempo, estudando profundamente o reflexo dessa emenda na receita do Estado. De forma que estudei e no Brasil inteiro, em todos os Estados o ICMS é de 12%, nesses artigos, aqui no Paraná é de 17%. De que forma? É uma maneira injusta, se não fizermos. Então, deixare-

mos o cuque, os bolos e os biscoitos, que são produtos para quem tem maior poder aquisitivo, com 17%, mas para o trabalhador, para o consumo popular, deixamos em ICMS em 12%, que é no Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Emenda. Aprovada.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados que aprovam: 21  
Srs. Deputados que rejeitam: 19.  
Vinte e um aprovam, 19 rejeitam - Aprovada.

Emenda do Deputado José Rogério, massas alimentícias, pães, cuques, refeições industriais. Aprovada.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para registro de voto, Sr. Presidente.

Uma vez mais eu chamo a atenção que vamos fazer um pronunciamento sobre o volume dos vetos, das isenções que este Plenário está dando nos últimos 20 dias.

Vamos fazer questão de fazer isso para que o Paraná saiba quanto vai representar em perda de ICM, todas as isenções que estamos dando.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Só para marcar também uma posição, já que nós votamos com a matéria.

O próprio Governador disse na imprensa, está na imprensa do Paraná em letras garrafais, que ele vai daqui para frente combater com violência a sonegação de impostos, no que ele está certo.

Tem o nosso aplauso. Depois que o Secretário da Fazenda saiu. Então o erro, e o Governador tem razão, é na sonegação que existe dos grandes do Estado do Paraná.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Só para registrar, Sr. Presidente, que quando o Governo alega a todos os trabalhadores do Paraná de que não existe caixa para uma condição salarial aos mesmos, o governo é questionado, os Deputados da oposição são vaiados às vezes aqui. Mas hoje, com o decorrer do tempo, e nada melhor que o tempo para que a gente possa analisar com profundidade os acontecimentos.

E aos poucos vai acontecendo, aqui agora nesta Assembléia Legislativa, e virou mania de isenção de tudo, como é que fica a arrecadação para pagar os funcionários públicos, e o governo, como vai cumprir as suas despesas, que existem?!

Então, é bom registrar, essa é a denúncia que faço, porque quando denunciemos aqui, denunciemos com certeza, com firme-

za, os fatos que vêm ocorrendo. Vê-se e diz em Brasília que vai combater a sonegação, que vai fazer o País arrecadar mais e aqui inverte o negócio, aqui a Assembléia Legislativa quer isentar.

Então, é um absurdo isso. E eu gostaria de registrar essa posição.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela Ordem) - Apenas gostaria de registrar que quando diz que não tem caixa no Estado, a "Folha de São Paulo" denuncia uma caixinha de 28 ou 30 milhões de dólares para a campanha do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Emenda n° 8, inclua-se no Grupo A, a que se refere o artigo 23: acessórios para veículos automotores e assemelhados".

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram conservar-se como estão. APROVADA.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Queira registrar o meu voto contrário a esta emenda.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há número.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Requeiro votação nominal.  
(Declina da solicitação)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que rejeitam a Emenda, queiram levantar-se.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Declino da chamada nominal também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprovada a emenda.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Será, Sr. Presidente?

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Mas Vossa Excelência olvidou-se no resultado. Rejeitada?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Emenda está aprovada.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu tenho a impressão de que dá para bater chapa nesta.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Quantos votos?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 21.  
Aprovada.  
(Tumulto no plenário)

O SR. CAÍTO QUINTANA - Mas, Sr. Presidente, Vossa Excelência nem pediu ainda para levantar os votos a favor!  
(Tumulto no plenário)

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Solicito nova conferência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O ambiente hoje está meio agitadinho...

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu solicito então novamente chamada nominal.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado José Rogério vai explicar que essa Emenda aumenta a arrecadação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente. Eu sei, aumenta de 17 para 25%. No entanto, eu acho uma coisa. Não se pode punir.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra o Deputado José Rogério.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Vossa Excelência me permite concluir?

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - O Presidente me concedeu a palavra.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Então Vossa Excelência me cassou?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não. Vossa Excelência não tinha solicitado a palavra.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Eu volto a palavra à Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência vai falar quanto tempo quiser.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu faço questão de falar antes, porque o Deputado José Rogério talvez queira interpretar que este Parlamentar esteja conduzindo uma votação sem conhecimento do teor da Emenda. Eu conheço o teor da sua Emenda. Ela aumenta. Só que acredito que aumentar ou diminuir impostos, Deputado José Rogério, e existe uma coisa no Brasil que se chama CONFAZ, que é quem controla. Aqui neste País com-

pra-se e vende-se entre os Estados. E, no jogo contábil, credita-se e debita-se o ICM pago na hora da venda. Não basta a Assembleia do Paraná aumentar de 17 para 25: acessório porque vai creditar a mais para a empresa do que aquilo que ela pagou eventualmente no outro Estado. Ou vai debitar mais para a empresa do que aquilo que ela tenha pago de ICM na sua fonte de compra.

Acredito que o ICM, Deputado José Rogério, e é por isto o nosso posicionamento contrário a estas emendas, tem que ser avaliado, porque os produtos não nascem e se transformam e são consumidos estritamente dentro de um Estado. Nós vendemos e compramos. E esse ICM faz com que haja nas próprias contabilidades, um jogo de compensação dos débitos e créditos. Aumentar de 17 para 25, poderemos estar punindo pessoas desnecessariamente. Porque o acessório de um veículo não significa que ele seja luxo. Muitos deles são exigidos pela própria Legislação do Trânsito. E são acessórios, e nós vamos estar penalizando pessoas desnecessariamente no aumento que representa muito pouco quanto a todas as isenções que nós damos.

Por essa razão é que pedimos a votação contrária também a esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda, permaneçam como estão.

Dezessete, anuncia o Sr. Secretário.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, acaba de chegar o Deputado Haroldo. Tem 22 Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita aos Srs. Deputados que rejeitam a Emenda, queiram levantar-se.

21 rejeitam a emenda.

Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se.

19 aprovam a emenda. - Rejeitada a Emenda.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem) - Para declaração de voto.

Agora há pouco se justificou que a redução do ICM não dava para sustentar a máquina. Os biscoitos, os brioches, os bolos, o macarrões, as broas, o quibe, foram os grandes vilões do discurso que a isenção está levando o Estado à bancarrota.

Vejam bem, estas emendas que reduziam a tributação foram rejeitadas, mas havia o contrapeso das propostas do Deputado José Rogério Carvalho, do PSDB, que era uma outra emenda, propondo uma compensação para tributar o volante esportivo, a roda de magnésio, o assento reclinável, a capa do assento de veludo, o triângulo do veículo,

o extintor de incêndio do automóvel.

Existem outros equipamentos luxuosos para os automóveis em que se propunha aumentar a alíquota de 17 para 25%. Aí está uma das formas de se corrigir as injustiças através da política fiscal, que o PSDB defende como uma das maneiras de se fazer as transformações necessárias para o encaminhamento de um estado democrático que priorize investimentos sociais ou não.

Muito bem. Invocou-se agora para não aprovar o aumento da alíquota, que depende do CONFAZ.

O CONFAZ é um aglomerado de Secretários que se reúnem em Brasília, para decidir algumas coisas no interesse de cada Estado, que na verdade não defende o interesse de ninguém, porque perde a peculiaridade de cada Estado definir a sua política.

Mas para dar a isenção de energia elétrica às emissoras de rádio, o CONFAZ não foi consultado.

Então, essa minha declaração de voto é apenas para registrar o contrapeso disto, e mostrar que nem, sempre o discurso de a isenção é proposta demagógica, por outro lado, tem a compensação de que na hora da prática, da decisão em que se faz através da política fiscal, a correção das injustiças se vê uma votação inconseqüente, como vimos agora há pouco, numa aliança formalizada do PFL e do PMDB.

O SR. SABINO CAMPOS - Sr. Presidente, para uma declaração de voto.

Eu votei contrário à emenda. Eu queria fazer uma proposta ao nobre Líder da Bancada do PSDB.

Proponho aos Srs. Deputados para que possamos aumentar a receita do ICMS do Estado, já que o nobre Deputado Nereu Carlos Massignan falou que foi isentada a energia elétrica - 50% das emissoras de rádio, proponho a este Plenário que façamos uma emenda nesta lei, para que venhamos a cobrar ICMS de todas as rádios e de todas as emissoras de televisão do Paraná e que os Srs. votaram na Lei do ICMS, todos os Srs. Deputados votaram, porque nós discutimos inicialmente esta proposta e na hora foi proposto que se isentasse porque muitos Srs. Deputados têm rádios e televisão.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Pela Ordem) - Infelizmente não seria possível aproveitar a idéia do Deputado Sabino Campos, o que poderia ser cobrado, seria o Imposto municipal sobre serviços, só que é vetado pela Constituição Federal.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Ferrari, ICMS é exatamente imposto sobre circulação de mercadoria e serviços.

Mais uma vez Vossa Excelência passa um

atestado de falta de conhecimento.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Só que é proibido pela Constituição.

Vossa Excelência não pode taxar os homens de imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 341/89, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 77/89), que autoriza o Poder Executivo a anuir na escritura de permuta das datas de terras que especifica, entre a Associação Comercial e Industrial de Arapongas e o Município de Arapongas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 85/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que revoga a Lei n° 9058/89. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por sete (07) sessões. - Aprovado.

Fica, portanto, retirado da Ordem do Dia por sete (07) sessões, o Projeto de Lei n° 85/90.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 163/90, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO DE INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR DE CORNÉLIO PROCÓPIO - FUNCICOP, com sede e foro na cidade de Cornélio Procópio. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 273/90, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que dá nova redação ao art. 1° da Lei n° 9016, de 15 de junho de 1989. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 27/90, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, formada de parte dos Municípios de Enéas Marques e Salto do Lontra, para a criação do Município de NOVA ESPERANÇA DO OESTE. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 30/90, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Santo Antônio do Sudoeste, para a criação do Município de PINHAL DE SÃO BENTO. Com PARE-

CER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 19/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que assegura o vale-transporte e vale-refeição ao servidor público, conforme específica. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 02, de 19.02.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 20/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que concede incentivos fiscais destinados ao reflorestamento (nativas, exóticas e frutíferas), conforme específica. EM REGIME DE URGÊNCIA - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 02, de 19.02.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 98/90, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que concede pensão mensal à Senhora Vitória Santoro Urbano, viúva de João Urbano, ex-Prefeito de Nova Esperança. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 06, de 06.03.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 208/90, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR e outros, que altera a Lei n° 7208, de 15 de outubro de 1979, e dá outras providências. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 37, de 09.04.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 261/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 86/90), que autoriza o Poder Executivo a firmar com os Municípios de Maringá, Francisco Beltrão e Ponta Grossa, termo de cessão de uso de imóveis havidos pelo Estado, com áreas e localizações, conforme específica. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 12, de 23.04.90).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 1191, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1197, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1204, de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, com apoio dos Srs. Deputados Algaci Túlio, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan e demais Srs. Deputados, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1194, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1206, de autoria do



Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1209, de autoria dos Srs. Deputados Rubens Bueno, Hermas Brandão, Haroldo Rodrigues Ferreira e demais Srs. Deputados, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1212, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1211, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1198, de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1196, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1210, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1186 e 1187, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1190, de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legis-

lativa.

Requerimentos de n°s 1199, 1200 e 1201, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1202, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 304/89.

4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 132/90.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 260, 272 e 341/89, e 163 e 273/90, e dos Projetos de Resolução n°s 27 e 30/90.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 19, 20, 98, 208 e 261/90.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 169/86, 202, 282, 288 e 289/90.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 47 e 56/90.

Levanta-se a sessão.